

## *Quo vadis, Europa?\**

1. - Logo que a crise iniciada nos EUA em 2007 chegou à Europa e se abriu a *crise do euro*, a UE e as instituições comunitárias desapareceram de cena. O crónico *défice democrático* do funcionamento da UE vem-se agravando perigosamente: nem os povos, nem os parlamentos nacionais, nem sequer o Parlamento Europeu são ouvidos quando se trata de decisões importantes.

Apesar da situação excepcional que se vive na Europa e do sofrimento dos seus povos, ninguém deu conta de que existe uma instituição chamada Parlamento Europeu: apesar do ‘empurrão’ do Tratado de Lisboa, continua um *nada político*. A Comissão Europeia e os seus mais altos dirigentes têm falado pouco e ninguém os ouve, limitando-se a ser *a voz do dono*. E têm feito ainda menos, porque tudo se foi resolvendo (ou nada se resolveu) à margem das instituições comunitárias (e, sobretudo, dos povos da Europa), no âmbito das *relações intergovernamentais*, segundo a correlação de forças reinante, sob a batuta alemã.

O normal funcionamento dos órgãos colegiais da UE deu lugar ao que Habermas chama de “intergovernamentalismo dos chefes do euro-clube, que atuam nos bastidores.”<sup>1</sup> A igualdade entre os estados-membros, apesar de consagrada nos Tratados, foi completamente esquecida, porque tudo é decidido em função dos interesses ‘imperiais’ e dos calendários eleitorais da Alemanha.

Em termos gerais, as razões de alarme quanto à vida democrática na UE foram-se acentuando à medida que foi ficando claro que quem governa a ‘Europa’ são os chamados “mercados”, os grandes conglomerados financeiros, os especuladores ‘viciados’ nos jogos de casino e organizados como os cartéis do crime, que Jacques Chirac chamou em 1995 “a aids da economia mundial.”

Esta subordinação aos “mercados” não é recente. Mas alguns têm o mérito de o dizer com todas as letras. É o caso de Joschka Fisher (ex-dirigente de Os Verdes e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros de um governo alemão liderado pelo SPD), que escreveu: “ninguém pode fazer política contra os mercados.”<sup>2</sup> É a confissão da capitulação perante os especuladores e os agentes do *crime sistémico*, é a aceitação da *morte da política* (da morte da cidadania, da liberdade e da democracia), sacrificadas à

---

\* Conferência de Encerramento do *Encontro do CONPEDI* realizado em João Pessoa, 8.11.2014.

<sup>1</sup> Cfr. *ob. cit.*, 136.

<sup>2</sup> Citado por U. BECK, *ob. cit.*, 58.

vontade e ao poder do grande capital financeiro especulador e às *leis dos mercados*, como se estas fossem a constituição das constituições. *Mercados über alles!*

2. - Os conflitos de interesses inter-imperialistas estão a passar também pelo terreno financeiro, porque os EUA descobriram que a Europa não tem nenhuma estratégia de defesa neste domínio.

A decisão da *Moody's* (6 julho/ 2011) de baixar a notação da dívida portuguesa para o nível considerado *lixo* (quando todas as trompetes da propaganda da UE apontavam Portugal como o ‘bom exemplo’ do menino que come e cala, cumprindo fielmente as ordens da *troika*) talvez tenha conduzido os dirigentes europeus à conclusão de que as agências de *rating* americanas estão a soldo do ‘inimigo’, inseridas na estratégia dos EUA de destruir o euro como concorrente do dólar enquanto moeda de referência à escala mundial.

Vários responsáveis da UE criticaram com azedume aquela decisão (o “murro no estômago” de que se queixou o Primeiro-Ministro português). Em Portugal, houve mesmo quem chamasse “terroristas” às ditas agências. O próprio Presidente da República, que sempre se manifestou como um defensor acrítico das agências de *rating* (nós, portugueses, devíamos era trabalhar e não dizer mal das agências...), veio acusá-las de falta de transparência e de objetividade e de porem em causa o bem-estar dos cidadãos, a estabilidade da economia europeia e da União Europeia.

Em conformidade, seria de esperar, ao menos, que o *Banco Europeu de Investimentos* e o BCE tivessem vindo a público dizer que deixariam de ‘comprar’ os seus serviços e que não seguiriam mais as indicações dessas entidades. Seria de esperar que os Governos e outras entidades públicas, os bancos e as grandes empresas dos países da UE tivessem denunciado de imediato os contratos que colocam muitos milhões nos cofres dessas agências, que vêm atuando para minar a estabilidade do euro, pondo em causa a UEM e a própria UE.

Mas a verdade é que nada disto aconteceu. A UE parece ser incapaz de tomar atitudes e de adotar procedimentos que impeçam as agências de *rating* americanas de continuar a comandar as decisões estratégicas sobre o seu futuro, ficando-se pelas declarações de ‘virgem ofendida’, destinadas a impressionar a opinião pública.

Disse-se então que a UE estava a preparar medidas para contrariar a influência das agências de *rating* americanas e disse-se até que se estava a preparar a criação de

uma agência de *rating* europeia. Sabemos, porém, que esta dinastia de dirigentes europeus já chamou aos especuladores “a aids da economia mundial” e tem deixado que eles continuem a fazer o seu trabalho com a mais absoluta liberdade. Já diabolizou os paraísos fiscais, mas continua a defendê-los com unhas e dentes. Como acreditar na sua vontade de dar luta às agências de *rating* americanas?

3. - No início de 2010 veio a público a notícia de que, no meio do maior segredo (como convém aos negócios...), o banco americano *Goldman Sachs* tinha ajudado, ainda antes da presente crise, o Governo grego (conservador) a obter crédito no valor de milhares de milhões de euros.

O mesmo banco ‘aconselhou’ depois o mesmo Governo sobre os ‘truques’ de engenharia financeira necessários para falsificar as suas contas e enganar as autoridades comunitárias. Por estes sábios conselhos e serviços aquele banco terá cobrado 300 milhões de euros (pagos pelo povo grego, claro, que não entrou no negócio) e ganhou ainda muito dinheiro com os contratos de seguro de incumprimento da dívida grega, que recomendava aos clientes que convencia a emprestar dinheiro à Grécia a juros convidativos.<sup>3</sup>

O capital financeiro e os seus servidores ganharam fortunas com estas manobras, mas a Grécia endividou-se e o povo grego, vítima da fraude, é agora acusado de ter cometido o ‘pecado’ de viver acima das suas posses e condenado pelos “mercados” a ‘penitências’ infernais.

Os chamados “mercados” estão aqui retratados de corpo inteiro. Quando estas manobras vieram a público, a Sr<sup>a</sup> Angela Merkel comentou, com ar ‘angelical’ (“merkiavélico”, diria Ulrich Beck), que seria “vergonhoso” que “os bancos, que já nos levaram à beira do precipício, tivessem igualmente participado na fabricação das estatísticas orçamentais da Grécia.” Tudo ‘encenado’, apenas para a fotografia e para alemão ver, ouvir e votar...

A verdade é que participaram. A verdade é que burlaram a União Europeia. E é verdade que tudo isto é *vergonhoso*. Mas nada disto é novo. É *o pão nosso de cada dia* neste *reino do neoliberalismo*, neste *mundo sem vergonha*, neste capitalismo alicerçado no *crime sistémico*.

---

<sup>3</sup> Indicações colhidas em S. HALIMI, “O crime...”, *cit.*

E o crime compensa. Pelos serviços prestados, o *boss* do *Goldman Sachs* recebeu, nesse ano, um prémio de nove milhões de dólares. E o senhor Mario Draghi, que era o vice-presidente do *Goldman Sachs* para a Europa (e que, nessa qualidade, foi o responsável direto por aqueles ‘negócios’ com o Governo grego), é hoje o Presidente do Banco Central Europeu, com o indispensável voto favorável da Sr<sup>a</sup> Merkel (acompanhado pelo voto favorável dos deputados socialistas no Parlamento Europeu). Certamente pelos relevantes serviços prestados ao capital financeiro e pelo respeito que demonstrou pela União Europeia, que passou a ‘servir’ a mais alto nível, com a mesma devoção pelo interesse público e com o mesmo respeito pelas instituições comunitárias...

4. - A presença do grande capital financeiro no ‘governo’ da *Europa do capital* tornou-se indisfarçável com a nomeação (em 2012) de Lucas Papademos como Primeiro-Ministro da Grécia e de Mario Monti como Primeiro-Ministro da Itália. Nem um nem outro foram eleitos para os parlamentos dos seus países, e muito menos foram eleitos pelo povo para exercerem as funções que lhes foram cometidas. São ambos *banqueiros*, nomeados para esta ‘comissão de serviço’ na vida política.

Mario Monti foi assessor do *Goldman Sachs* quando Mario Draghi era seu Diretor para a Europa, durante o período em que o banco americano orientou (regiamente pago) a ‘batota’ feita pelo Governo grego.<sup>4</sup> Não deixa de ser simbólico o facto de Mario Monti ostentar também no seu currículo a atividade como *conselheiro da Coca-Cola*.

Tal como Mario Draghi (que foi Diretor Executivo do Banco Mundial entre 1985 e 1990 e Governador do Banco de Itália, depois de, na qualidade de Diretor do *Goldman Sachs*, ter ajudado o Governo grego a ludibriar as autoridades da UE), Lucas Papademos colaborou, como Governador do Banco Central da Grécia, na falsificação das contas públicas deste país. Ele e Mario Monti, pertencem à *Comissão Trilateral*.

---

<sup>4</sup> Como os exemplos vêm de cima, não admira que se tenha encontrado ‘gente’ do *Goldman Sachs* entre os assessores da Comissão Europeia e até entre os assessores da Chanceler Merkel. Também o Ministro da Economia do atual Governo espanhol (Luis de Guindos) pertence ao clube do *Goldman Sachs*, do qual foi Diretor Executivo para a Espanha e Portugal entre 2006 e 2008. À mesma ‘escola’ pertencia o Doutor António Borges, um português que não foi ministro, porque quis ganhar honorários várias vezes superiores ao vencimento de um ministro, mas assessorou o Governo em matéria de privatizações, uma espécie de *privatizador-mor*. Era também ‘colaborador’ do *Goldman Sachs* antes de ter entrado para o governo português, o secretário de estado Carlos Moedas, responsável pelo acompanhamento da execução do *Memorando* imposto pela *troika*, até que, em outubro de 2014, tomou posse como Comissário Europeu. Parafrazeando um célebre *slogan made in USA*, dir-se-á, agora: *o que é bom para o Goldman Sachs é bom para os EUA e para o mundo...* É apenas um *aggiornamento*: em tempos de hegemonia do capital financeiro sobre os setores produtivos, a *General Motors* dá o lugar ao *Goldman Sachs*.

É inequívoco que os governos chefiados por Papademos e por Monti foram *governos de banqueiros*, apresentados como *governos de técnicos*, como se não fosse completamente absurdo admitir que pode haver uma *solução técnica* para problemas que são, essencialmente, *problemas políticos*. A verdade é que, não sendo *juntas militares*, eles foram verdadeiras *juntas civis* (Serge Halimi), constituídas à margem das regras do jogo democrático, humilhando os povos da Grécia e da Itália e traduzindo a menoridade da política e a negação da democracia.<sup>5</sup>

Estes episódios pouco honrosos para a Europa vieram tornar claro que quem manda nesta *Europa do capital* são os “mercados”, os banqueiros, os especuladores, os donos do *Goldman Sachs* e os senhores da *Comissão Trilateral*, com a colaboração das *troikas* e dos *troikos* de serviço na burocracia de Bruxelas e nos governos da generalidade dos estados-membros.

Os ‘mercados’ têm rosto, como se vê. Estes são alguns dos rostos dos “mercados”, alguns dos ‘mercadores’ que trabalham para os especuladores, para aqueles que são “a aids da economia mundial”, que especulam contra o euro atacando os estados-membros mais fracos da Eurozona, e que, como ‘governantes’, se dedicam às tarefas de combater a crise que eles próprios desencadearam e que alimentam todos os dias.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Não é de estranhar, por isso mesmo, que do Governo Papademos tivessem feito parte ‘técnicos’ pertencentes a um partido político de extrema-direita, impedido de participar em quaisquer governos desde a queda da ditadura militar na Grécia, em 1974.

<sup>6</sup> Um retrato mais completo dos rostos dos mercados financeiros pode ver-se em G. GEUENS, *ob. cit.* A verdade é que nos conselhos de administração do restrito clube de bancos, companhias de seguros, fundos de pensões, fundos de investimento e outras instituições financeiras que controlam metade de todo o capital cotado em bolsa à escala mundial sentam-se muitos antigos governantes (primeiros-ministros, chanceleres, ministros) de vários países europeus, não apenas conservadores, mas também socialistas, sociais-democratas e trabalhistas. Todos colaboram nos ‘negócios’ do grande capital financeiro, todos estão ao serviço do *crime sistémico*.

Foi muito falada, há anos, a passagem direta do social-democrata Gerhard Schröder de Chanceler da Alemanha para o conselho de administração da Gazprom, empresa com a qual tinha celebrado, naquela sua anterior qualidade, um importante contrato de fornecimento de gás. Mas outros antigos primeiros-ministros participam neste ‘negócio’: Jean-Luc Dehaene (Bélgica) é consultor do banco Dexi; Giuliano Amato (Itália) é consultor do Deutsche Bank; Tony Blair (RU) é consultor do J. P. Morgan (cfr. S. HALIMI, “Balanço..., cit.).

Em 2009, ficou célebre a confissão de Sarkozy (*Le Point*, 3.7.2009): “Quando vejo os milhões que Clinton ganha, imagino que possa fazer o mesmo. Fico no cargo cinco anos e depois vou ganhar dinheiro, como Clinton”. O exercício do mais alto cargo político é encarado, sem pudor, como um ‘investimento’ que garante muito dinheiro fácil no futuro! Razão tem o super-lobbista Jack Abramoff quando ‘teoriza’ nestes termos: “A melhor forma de uma empresa corromper um homem político é convencê-lo da perspectiva de um emprego futuro que lhe garantirá uma mina de dinheiro”.

A verdade é que, segundo Ibrahim WARD (*ob. cit.*, 11, de onde retirámos a citação anterior), Bill Clinton ganhou, no ano seguinte à sua saída da Casa Branca, 16 milhões de dólares em conferências e artigos de jornal.

Outro grande ‘empresário’ desta mesma indústria é Tony Blair, que criou, para o efeito, uma série de ‘empresas’, com diversos figurinos. Uma delas é a *Tony Blair Associates*, que se propõe

É o reino tentacular dos *conglomerados financeiros*, verdadeiras *holdings* do *crime sistêmico*: ‘jogos de casino’, especulação à margem das leis, evasão e fraude fiscais, tráfico de droga, de armas e de mulheres, tudo à sombra desses santuários do capitalismo moderno que são os *paraísos fiscais*, que acolhem valores que representam cerca de 30% do PIB mundial. É muito dinheiro, que foge aos impostos e que faz falta para pagar tudo aquilo que nos dizem ter de acabar por não ser financeiramente sustentável.

Eles são a *aids da economia mundial*. Mas são eles que mandam em todos os Chirac, em todas as Merkel, em todos os Sarkozy, em todos os Hollande, e em todos os Obama. São eles os verdadeiros ‘ministros’ da *igreja neoliberal*, cujos dogmas orientam a política das potências capitalistas dominantes, com particular realce para a UE, manietada pela camisa-de-forças em que os seus construtores a encerraram. Mas é bom que tenhamos a consciência de que estes ‘paraísos’ não são uma criação da natureza. São criações do grande capital financeiro e dos seus estados. Podem ser facilmente destruídos se os povos do mundo quiserem. E não faltam razões para isso, porque eles são os santuários do *crime sistêmico*, mantidos pelo poder político (o estado capitalista e as agências e instâncias internacionais) que pôs de pé, reforçou e sustenta as estruturas que permitiram e mantêm de pé o *capitalismo do crime sistêmico*.

5. – Na reunião de Londres (abril/2009), o G20 considerou “as grandes falhas no sector financeiro” como as “causas fundamentais da crise.”

A própria Comissão Europeia atribuiu às instituições financeiras “comportamentos particularmente arriscados”, em razão dos quais “o setor financeiro é considerado o grande responsável pela ocorrência e pela envergadura da crise e seus

---

“oferecer, numa ótica comercial, conselhos estratégicos sobre as tendências políticas e económicas e sobre a reforma dos estados”. Tudo produtos altamente sofisticados, com grande valor acrescentado, fruto da mais apurada tecnologia..., que atraem clientes como o JP Morgan, a seguradora Zurich Financial Services, o Governo do Kuwait, o fundo de investimentos Mubadala (Abu Dhabi) e várias outras instituições financeiras e estados, “com predileção pelos oligarcas e cleptocratas do Médio Oriente, África e ex-União Soviética”. Ibrahim Ward relata um dos muitos negócios altamente rentáveis deste político-empresário, realizado na segunda metade de 2012. Contratado para ‘facilitar’ o êxito de uma oferta pública de aquisição da Glencore (um dos gigantes mundiais no campo das matérias-primas) sobre uma empresa mineira propriedade do fundo soberano Qatar Holding, Tony Blair telefonou de imediato ao seu amigo Primeiro-Ministro do Qatar (administrador do Qatar Holding) e acertou com ele uma reunião em Londres entre as duas partes interessadas. Após três horas de reunião, o negócio ficou fechado e Blair terá cobrado um milhão e duzentos mil euros. Nada mau: 400 mil euros por hora...

À sua escala, Portugal também está representado neste clube seleto. O antigo Primeiro-Ministro do PS José Sócrates foi nomeado, pouco tempo depois de ter saído do Governo, conselheiro para os negócios da América Latina de uma multinacional suíça da indústria farmacêutica.

efeitos negativos nos níveis de endividamento público à escala mundial” (*Comunicação sobre “A Tributação do Sistema Financeiro”, de 7.10.2010*).

Em fevereiro/2011 o Parlamento Europeu reconheceu publicamente (*Relatório Podimata*) que o comportamento irresponsável da banca “agravou e acelerou a crise orçamental e da dívida” e acarretou “um ónus inesperado dos orçamentos públicos, comprometendo perigosamente a criação de emprego, o financiamento do estado-providência e a concretização dos objetivos climáticos e ambientais”, sublinhando, por outro lado, que o setor financeiro está sub-tributado e não tem dado qualquer contributo para pagar a crise, cujos custos têm sido suportados essencialmente pelos contribuintes.

A Comissão voltou ao tema em 28.9.2011, na *Proposta de Diretiva do Conselho Sobre um Sistema Comum de Imposto Sobre as Transações Financeiras*, onde sustenta que “o setor financeiro desempenhou um papel fundamental no desencadeamento da crise, enquanto os estados e os cidadãos europeus, na retaguarda, arcaram com os custos.”

Pois bem. No final de 2011, foi a vez de o todo-poderoso ministro das Finanças alemão reconhecer que “a cupidez e a procura de lucros cada vez mais elevados nos mercados de capitais” têm “responsabilidade na crise bancária e económica, e depois na crise de países inteiros, com a qual estamos confrontados desde 2008.”<sup>7</sup>

Já muita gente o sabia. Mas é importante vermos estes altos responsáveis reconhecer que cabe ao capital financeiro a responsabilidade da crise económica e social que está a pôr em causa a soberania e a independência de alguns países europeus e o bem-estar e a dignidade dos seus povos. Os dirigentes dos ‘países dominantes’ sabem muito bem onde nasce o rio das nossas desgraças, porque eles estão entre os que alimentam o caudal desse rio de águas turvas. Por isso não se extrai nenhuma consequência daquele diagnóstico, apesar de a honestidade intelectual e política exigir que se fizesse pagar a crise aos que são responsáveis por ela, defendendo os povos europeus da cupidez dos especuladores. Ao invés, inventam-se razões para culpar as vítimas das suas próprias desgraças e castigam-se os ‘povos do sul’ com violentíssimos *programas de austeridade*, ‘penitências’ para expiar ‘pecados’ que não cometeram. Simultaneamente, obrigam-se os estados ‘endividados’ a endividar-se ainda mais, para que o capital financeiro possa receber os seus créditos e possa continuar a especular, para ganhar “lucros cada vez mais elevados”, à custa dos salários, dos direitos e da

---

<sup>7</sup> Segundo *Les Échos*, 16.12.2011.

dignidade dos trabalhadores e da soberania desses estados-membros da UE. É o *crime sistémico*, o crime perfeito e impune, apesar de toda a gente saber quem são os ‘criminosos’ e quem os protege.<sup>8</sup>

Este mesmo ministro conhece certamente muito bem a história do sistema bancário alemão, recheada de episódios de corrupção e de gestão danosa. Talvez a *cupidez* dos bancos alemães tenha tido alguma responsabilidade na crise bancária que também afetou a Alemanha, cujos contribuintes tiveram de pagar, entre 2008 e 2012, segundo dados da Comissão Europeia, 646 mil milhões de euros para salvar bancos alemães à beira da falência, o que faz da Alemanha o país que mais gastou, a seguir ao Reino Unido, para não deixar falir bancos irresponsáveis (ou criminosos), mas *too big to fail*.<sup>9</sup>

O ministro alemão sabe muito bem que a *cupidez* é um ‘pecado’, mas tem sido um dos pregadores mais inflamados na difusão da tese de que a (inventada) crise da *dívida soberana dos povos do sul* é fruto, não do ‘pecado’ da cupidez da banca, mas dos ‘pecados’ dos *povos do sul*, povos preguiçosos que se habituaram a viver acima das suas posses. Por isso o ministro das finanças alemão entende que estes povos têm de ser ‘castigados’ com duras ‘penitências’, para se redimirem dos seus ‘pecados’. A “paixão europeia pela austeridade” (Paul Krugman) tem aqui a sua origem.

E também por aqui se explica que, quando se tratou de ‘ajudar’ os *povos do sul* em dificuldade, a Alemanha e a UE, comandada pela Alemanha, lhes tenham emprestado dinheiro a juros agiotas. Sabemos que o BCE tem ganho milhares de milhões de euros nos negócios com os títulos da dívida pública dos *países do sul*. Em 2012, o BCE aceitou devolver à Grécia mais de três mil milhões de euros que tinha ganho em operações sobre títulos da dívida pública grega. Quanto terá ganho com os títulos da dívida pública portuguesa? E a Alemanha aproveitou igualmente a crise resultante da *cupidez dos bancos* para ganhar dinheiro à custa dos *povos do sul*. Segundo os jornais, a Alemanha tinha ganho, até finais de 2012, com os negócios sobre a dívida soberana dos *povos do sul*, 41 mil milhões de euros.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> Como os clássicos são sempre refrescantes, não resisto a transcrever aqui um trecho do Padre António Vieira (*Sermão do Bom Ladrão*), nosso contemporâneo: “Não são ladrões apenas os que cortam as bolsas. Os ladrões que mais merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e as legiões, ou o governo das províncias, ou a administração das cidades, os quais, pela manha ou pela força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam correndo risco, estes furtam sem temor nem perigo. Os outros, se furtam, são enforcados; mas estes furtam e enforcam”.

<sup>9</sup> Dados colhidos em *Público*, 25.8.2013.

<sup>10</sup> *Expresso*, 24.8.2013.

Compreende-se agora a razão por que foi ‘inventada’ a *crise das dívidas soberanas* e confirma-se que quem está a pagar o preço desta crise não são os contribuintes alemães (que só pagaram para tapar os buracos do seu próprio sistema bancário), mas os ‘colonizados’ *povos do sul*. Malhas que o império tece... O ministro alemão sabe tudo isto (e muito mais) muito melhor do que eu. E talvez também saibam tudo isto os ‘comentadores’ que, no nosso País, vão todos os dias à TV dizer que temos de ‘comer e calar’, porque os contribuintes alemães podem perder a paciência e deixar de pagar os ‘pecados’ (ou os vícios) dos *povos do sul*. É um espetáculo pouco dignificante aquele a que vamos assistindo nestes tempos do *capitalismo do crime sistémico organizado*.

6. - Em meados de 2012, muito a medo e sem grandes pormenores, os jornais falaram de um outro ‘escândalo’, fruto da *cupidez* do grande capital financeiro.<sup>11</sup> Pelo menos desde 2005, alguns dos maiores bancos mundiais vêm *manipulando*, em proveito próprio, os mercados financeiros, através da falsificação da *Taxa Libor* (*London Interbank Offer Rate – LIBOR*), taxa de referência utilizada, nomeadamente, para determinar as taxas de juro de contratos relativos a produtos financeiros (em especial *produtos financeiros derivados*), que movimentam cerca de 1.200 milhões de milhões de dólares.<sup>12</sup>

Na altura, logo se admitiu que a idêntica manipulação teria sido sujeita a *Euribor* (a taxa correspondente à *Libor* na zona euro). No início de 2013, os jornais (29.1.2013) confirmaram que quatro instituições financeiras alemãs (entre as quais emerge o *Deutsche Bank*) estão a ser investigadas por se suspeitar de envolvimento na prática deste crime.

Nos últimos dias de 2012 os jornais noticiaram outros episódios do mesmo tipo e deram conta do ‘carinho’ com que o poder político se ocupou deles.

Nos EUA, o banco suíço UBS foi condenado por manipulação das taxas Libor e Euribor em proveito próprio. Na minha modesta opinião, os bancos que praticassem um tal crime deveriam ser pura e simplesmente nacionalizados, sem direito a qualquer

---

<sup>11</sup> Ver, entre outros, *Diário Económico*, de 7.7.2012.

<sup>12</sup> Nesta manipulação (criminosa) dos ‘mercados’ estão comprometidos os grandes bancos que mais negociam com a emissão e venda de *produtos financeiros derivados associados a taxas de juro*: o *Barclays*, o *Deutsche Bank*, o *Goldman Sachs* e o *J. P. Morgan*. A esta elite (perante a qual o pobre Al Capone não passa de menino do coro...) juntam-se, segundo os jornais, outros membros ilustres do “banksterismo”: os bancos britânicos *Royal Bank of Scotland*, *ICAP*, *HSBC* e *Lloyds Bank*, o banco suíço *UBS*, e os americanos *Citigroup* e *Bank of America*.

indenização. E os responsáveis por tais práticas deveriam ser impedidos de voltar a exercer a atividade bancária, levados a tribunal e condenados em pena correspondente à gravidade dos crimes cometidos. Mas as ‘leis’ do capital financeiro ditaram outra solução, mais ‘realista’: o banco suíço pagou umas multas (à volta de 1,5 mil milhões de dólares), mas o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não acusar criminalmente nem a UBS nem os seus administradores, invocando o “receio de que tal poderia pôr em perigo a sua estabilidade.”

Também nos EUA, o mais antigo dos bancos suíços (o Wegelin & Co), acusado de ajudar cidadãos americanos a esconder ao fisco mais de 1,2 mil milhões de dólares, celebrou um acordo judicial que prevê a restituição de 20 milhões de dólares ao Tesouro dos EUA e o pagamento de duas multas de 40 milhões de dólares. Privilégios da mais antiga nobreza bancária...

Ainda nos EUA, o HSBC (banco inglês considerado o 3º maior do mundo) foi acusado da lavagem de milhares de milhões de dólares dos cartéis da droga colombianos e mexicanos e de outras práticas irregulares. Também neste caso as autoridades americanas acordaram com o HSBC o pagamento de uma multa de dois mil milhões de dólares, com o compromisso de não levarem o banco a tribunal. A explicação para não submeter à justiça o banco e os seus administradores é a do costume: “receio de que [tal] pudesse pôr em perigo um dos maiores bancos mundiais e, em última análise, desestabilizar o sistema financeiro global.”

Já em dezembro/2013, os jornais noticiaram que a Comissão Europeia deliberou aplicar multas a vários grandes bancos culpados de manipular e falsear as taxas de referência LIBOR e EURIBOR. O cartel do crime era constituído por algumas das instituições que ‘governam’ o mundo: J. P. Morgan (pois claro!), Deutsche Bank, HSBC, Citigroup, UBS, Barclays, Crédit Agricole e ICAP, além da corretora britânica RP Martin. Vão pagar, em conjunto, uma multa de 1,7 mil milhões de euros (metade a cargo do Deutsche Bank), coisa pouca em comparação com o muito mais que ganharam. O Comissário Europeu Joaquín Almunia declarou-se “chocado com o conluio entre bancos que deviam ser concorrentes” e outros dois Comissários Europeus (Michel Barnier e Viviane Reding) falaram de *banksters* a propósito desta elite do “dinheiro organizado”. Os comentadores de serviço logo apareceram a esclarecer que as multas eram moderadas para não criar dificuldades ao setor financeiro e que não seria prudente ir mais além, porque a falência de um banco por não respeitar as regras da concorrência seria muito prejudicial para a economia...

É o despudor total e a confissão de que o capitalismo atual é o *capitalismo do crime sistémico*. O grande capital financeiro assenta o seu funcionamento em práticas criminosas. E, para quem acredita nas virtudes do mercado, a manipulação dos mercados não pode deixar de ser considerada um crime grave, um *crime de lesa-mercado*, um *crime de lesa-capitalismo*! Os fiéis do *deus-mercado* hão-de considerá-lo, certamente, um verdadeiro *crime contra a própria divindade*... Mas o poder político, em vez de punir os criminosos que praticam tais crimes, faz acordos com eles e não os leva a tribunal, para não desestabilizar o sistema financeiro global, que vive do *crime sistémico*. E continuará a viver, com o beneplácito do *estado capitalista* (e de todas as instâncias do *poder político* ao serviço do capitalismo) uma vez que as multas pagas são uma pequena parte dos lucros resultantes das atividades criminosas.

Como escreveu há tempos o insuspeitíssimo *The Economist* (15.12.2012), os grandes bancos não são apenas *too big to fail*, são também *too big to jail*... Esta é uma situação intolerável, de cumplicidade entre o estado e o crime organizado.

7. - Em 25 de julho/2012 a Comissão Europeia dignou-se vir a público falar deste assunto. O Comissário responsável pelo Mercado Interno e Serviços informou que as investigações já efetuadas “puseram a nu mais um exemplo de comportamento escandaloso por parte dos bancos.” E uma das Vice-Presidentes da Comissão (responsável pela área da Justiça) fala da “atividades criminosas no setor bancário.”

Segundo estes altos responsáveis, trata-se, portanto, de *mais um exemplo* (entre muitos outros, acrescentaria eu) de *comportamento escandaloso* (melhor: de *atividades criminosas*) por parte dos bancos.

Perante esta evidência, dizem-nos que a UE se propõe adotar legislação que *proíba inequivocamente* este tipo de atuação, passando a considerá-la como *atividade criminosa* passível de *sanções penais*. Não resisto a perguntar: mas então as “atividades criminosas” a que se refere a senhora Vice-Presidente da Comissão Europeia não são já atividades *inequivocamente proibidas* e não são já *crimes* passíveis de *sanções penais*?

Compreende-se o embaraço da Comissão: quem *abusa do mercado*, quem *manipula o mercado*, quem comete estas *atividades criminosas* é o grande capital financeiro especulador, porque esse é o seu negócio, porque isso está na sua natureza. E não é fácil meter na cadeia o *capital financeiro*... Os seus servidores são perfeitamente fungíveis. Se alguns forem presos (e não consta que tal tenha acontecido...), outros

surgirão para ocupar os seus lugares, que são dos mais bem pagos em todo o mundo. O ‘casino’ não fecha: funciona 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A Comissão Europeia sabe perfeitamente que os *programas de austeridade* que vem impondo aos povos da Europa se destinam a arranjar dinheiro (subtraído a quem trabalha) para entregar de mão beijada à mesma banca que vem dando exemplos atrás de exemplos de *comportamentos escandalosos* e de *atividades criminosas*. E sabe que esse dinheiro está a ser usado para tapar os buracos dos ‘jogos de casino’ e para alimentar a especulação que não cessou (agora contra o euro), não para conceder crédito às atividades produtivas, que criam riqueza e emprego.

Mas sabe também que os responsáveis por estas “atividades criminosas” são os senhores do mundo, e que são eles que financiam (e por isso escolhem) os presidentes dos EUA e outros presidentes e primeiros-ministros por esse mundo fora, e os membros da Comissão Europeia, e os governadores do BCE. Os dirigentes dos ‘países dominantes’ (e os membros da Comissão Europeia, e do BCE, e do FMI...) são amigos deles e convivem com eles nas reuniões sociais e nos encontros de negócios. E com eles decidem (nos G8 e nos G20, e no *Forum Davos* e na *Comissão Trilateral*...) que os valores supremos a preservar são a plena liberdade de circulação de capitais, a liberdade de criação das “armas de destruição maciça” que são os ‘produtos financeiros’, a intocabilidade dos paraísos fiscais, a independência dos bancos centrais e outros ‘princípios’ e ‘valores’ que fomentam as ditas “atividades criminosas” e protegem os seus responsáveis (na esfera da finança e na esfera da política). Como pode alguém esperar que se metam na cadeia uns aos outros?

Quem se esquece das ‘juras’ de Sarkozy, proclamando a necessidade de “refundar o capitalismo” e de pôr de pé “uma nova ordem”? Quem não se recorda do “compromisso inquebrantável” do G20 (Londres, abril/2009), perante “as grandes falhas no setor financeiro” (“causas fundamentais da crise”), no sentido de cooperar para “fazer o que for necessário para restabelecer a confiança, o crescimento e o emprego”? O que aconteceu depois disto? Continuam intocáveis os paraísos fiscais (*estados mafiosos*, como alguns lhe chamam); manteve-se e reforçou-se a sacrossanta liberdade de circulação do capital, deram-se milhões de milhões de euros à ‘banca criminosa’, decidiu-se que os bancos não podem falir (sobretudo os que são *too big to fail*), atacam-se os salários e os direitos dos trabalhadores, humilham-se povos inteiros.

Mas nada se fez para fechar de vez o ‘casino’ em que se transformou o capitalismo dos nossos dias. Um casino muito especial, de resto. Nos casinos

propriamente ditos, conhecem-se de antemão as regras do jogo e cumprem-se as regras do jogo. Não é assim neste ‘casino mundial’ controlado pelo capital financeiro: os donos do casino viciam as regras do jogo (apesar de, em última instância, elas serem definidas por eles), marcam as cartas, jogam com cartas na manga. Além de especuladores, eles são batoteiros e não hesitam nos meios para alcançar os seus objetivos, incluindo a ‘compra’ das agências de *rating*, para que estas ajudem nas manobras de manipulação dos “mercados”.

E é evidente que, no seio do ‘pensamento dominante’, ninguém ousa sequer pensar que a solução tem de passar pela retirada da banca (e do sistema financeiro em geral) da alçada do setor privado, confiando a sua propriedade ao estado e a sua gestão a entidades nomeadas por órgãos do poder político democrático, para retirar ao capital financeiro especulador o controlo da poupança e do investimento de toda a comunidade, por forma a garantir que a poupança das famílias e das empresas possa ser utilizada para o financiamento da inovação, da criação de emprego e de riqueza, ao serviço da melhoria das condições de vida e de trabalho dos povos.

O ‘argumento’ é sempre mesmo: o absurdo *argumento TINA* (There Is No Alternative) de que *não há alternativa* ao mercado, ao capitalismo e ao neoliberalismo. Este ‘argumento’ é uma ofensa à nossa inteligência e à nossa liberdade.

**8.** - O que é novo nestas ‘histórias’ – que ilustram práticas criminosas que envolvem o sistema financeiro como um todo, configurando um verdadeiro *crime sistémico* – é o facto de elas terem chegado aos jornais. Porque os governantes, os reguladores e supervisores, tal como as polícias, sabem muito bem o que se passa. Sabem que 80% dos *hedge funds* (que especulam com ‘produtos financeiros de alto risco’) estão sediados no conforto da *City* de Londres; sabem onde se situam os *paraísos fiscais* (alguns, como a *City* londrina, no coração da *Europa civilizada*); conhecem bem as “armas financeiras de destruição maciça” (a designação é de Warren Buffet) que eles utilizam nas suas ações de “terrorismo financeiro”, nas suas práticas de verdadeiros “crimes económicos contra a humanidade”<sup>13</sup>; sabem até quando e onde se reúnem os “membros desta elite de Wall Street”, os ‘padrinhos’ das ‘famílias dominantes’ deste *crime organizado*.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> A expressão é de Lourdes Benería e Carmen Sarasúa (*El País*, 29.3.2011).

<sup>14</sup> Basta ler *The New York Times* (11.12.2010): “esta elite de Wall Street reúne-se todas as quartas-feiras de cada mês no Midtown de Manhattan à roda de um objetivo comum: proteger os

Moral da história: o *estado capitalista*, o seu Direito e os seus Tribunais não existem para isso e as cadeias não foram feitas para gente fina. *The Economist* tem razão: eles (os grandes ‘padrinhos’ do sistema financeiro são *too big to jail* (demasiado grandes para irem para a cadeia). É isso: não há, no mundo capitalista, cadeias maiores, capazes de receber os agentes do *crime sistémico*. As cadeias são para os miseráveis, para os negros, para os imigrantes, para os inadaptados à ‘civilização ocidental’, não para os senhores do mundo, que dominam o crime sistémico e são os ‘donos’ das cadeias.

Aos senhores do mundo continua a ser garantida a segurança nos *paraísos fiscais*, verdadeiros ‘santuários’ protetores de todos os grandes senhores do “crime organizado” (tráfego de drogas, tráfego de armas, tráfego de mulheres, lavagem de dinheiro, fuga ao fisco, gestão danosa de dinheiros públicos, financiamento de atividades ilegais de espionagem e de subversão, corrupção de toda a espécie). O capitalismo do nosso tempo assenta no *crime sistémico* e o *estado capitalista* está incondicionalmente ao serviço do *crime sistémico*.

Costuma atribuir-se a Roosevelt a afirmação segundo a qual permitir o domínio da política pelo “dinheiro organizado” é mais perigoso do que confiar o governo do mundo ao “crime organizado”. Seja quem for o autor deste diagnóstico, ele traduz bem a realidade atual e encontra nela plena confirmação: a coberto da sacrossanta *liberdade de circulação do capital* e da *livre criação de produtos financeiros derivados*, o *dinheiro organizado* vem cometendo toda a espécie de *crimes contra a humanidade*. Classifico-os assim porque se trata de crimes que afetam a vida e a dignidade de milhões pessoas, humilhando povos inteiros, empobrecidos à força para satisfazerem as exigências dos grandes ‘padrinhos’ do *crime organizado*. Estes crimes, cometidos pelas instituições financeiras e pelos seus administradores, deveriam ser considerados *crimes imprescritíveis*.

9. - Na linguagem da Geografia Física, diríamos que esta ‘Europa’ é uma bacia hidrográfica em que todos os rios vão ter ao mesmo lago sem saída do neoliberalismo. Esta é a *Europa* construída, em grande parte, por obra dos dirigentes socialistas e sociais-democratas europeus, quase sempre à custa de conciliábulos entre ‘elites’,

---

interesses dos grandes bancos no mercado de derivados, uma das áreas mais lucrativas e mais controvertidas do mundo financeiro, partilhando um segredo comum: os pormenores destes encontros e as suas identidades são estritamente confidenciais” (*apud* NAVARRO/ LÓPEZ/ ESPINOSA, *ob.cit.*, 70/71).

retirando à ponderação do voto popular as opções de fundo tomadas. E é hoje inquestionável que esta ‘Europa’, construída sob a invocação hipócrita do *modelo social europeu*, acabou por se transformar, para os povos europeus, como observou Bernard Cassen, num verdadeiro “cavalo de Tróia da globalização neoliberal.”<sup>15</sup> Lembrando o velho Brecht, apetece recordar que quem construiu esta *Tebas europeia* foram mesmo os *reis de Tebas*, não os *operários que constroem as cidades de todo o mundo*.

O mercado único impõe regras de concorrência comunitárias, do mesmo modo que é comunitária a política monetária, cuja definição e execução são confiadas ao Banco Central Europeu, uma *instituição federal* sem qualquer controlo por órgãos (nacionais ou comunitários) politicamente legitimados pelo sufrágio universal. No entanto, apesar da ‘federalização’ de políticas tão importantes, os construtores desta *Europa do capital* nem querem ouvir falar de harmonização das políticas tributária, laboral e social. Com este enquadramento e num espaço económico unificado onde coexistem níveis de desenvolvimento económico, científico, tecnológico, escolar e cultural muito diferentes, os países mais débeis (com empresários de baixa qualidade, com uma boa parte da população marcada pela iliteracia e com fraco nível de preparação profissional<sup>16</sup>), têm enormes dificuldades em concorrer com armas iguais no mercado único europeu.

Não sendo possível, no quadro da UEM, o recurso à *desvalorização externa da moeda*, os cânones do neoliberalismo têm imposto o recurso à chamada *desvalorização interna*. É a solução que agrada ao grande capital e aos eurocratas, e vem-se traduzindo no recurso à *política laboral* (facilitando os despedimentos, estimulando a precariedade do trabalho, dificultando a contratação coletiva), à *política de rendimentos*, i. é, à *política salarial*, ou, melhor, à política de *arrocho salarial* (congelando ou baixando os salários) e à *política social* (esvaziando o parco conteúdo do estado social desses países, diminuindo os direitos laborais e sociais dos trabalhadores, reduzindo os encargos patronais com a segurança social, aumentando o ‘preço’ dos serviços de ensino e de saúde, diminuindo as pensões de reforma).

---

<sup>15</sup> Assim, B. CASSEN, *ob. cit.*, 6.

<sup>16</sup> Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, a formação profissional dos empresários portugueses é inferior à média dos empresários da UE/27 e inferior à dos trabalhadores portugueses. Entre os trabalhadores, 18% têm um curso superior, contra 9% apenas para os empresários; 81% dos empresários têm baixas qualificações (ensino básico ou secundário inferior), sendo esta percentagem de 65% para os trabalhadores (que, no entanto, estão bastante abaixo da média dos trabalhadores da UE). Cfr. *Público*, 2.4.2010.

A esta espécie de *dumping salarial* e de *dumping social* junta-se o *dumping fiscal*, que é, para os países mais pobres, o último instrumento de ‘concorrência’, o que sacrifica a sua própria soberania nacional, por obrigar os países que querem atrair investimento estrangeiro (e até o grande investimento nacional) a não cobrar impostos sobre os rendimentos do capital. É uma situação semelhante à dos bombistas-suicidas. Porque o recurso à ‘arma tributária’ obriga estes estados a abdicar do exercício da sua própria soberania e priva-os de obter receitas indispensáveis para poderem realizar os investimentos necessários para levar a cabo um desenvolvimento sustentado e para promover a melhoria das condições de vida das populações (habitação social, ensino gratuito, saúde acessível a todos). E porque esses estados se condenam a si próprios a obter receitas públicas através dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e dos impostos sobre o consumo, de efeitos consabidamente regressivos em matéria de justiça fiscal. Os trabalhadores (os pobres em geral) são os sacrificados desta política.

É uma concorrência *forçada (não livre)* e *falseada*, alimentada também pela *política de deslocalização de empresas*. É a concorrência de que gosta o grande capital, apoiada pelas instituições e pela ordem jurídica da UE, que tolera esta concorrência dentro da eurozona, onde alguns estados-membros funcionam como verdadeiros paraísos fiscais.

Em meados de 2007, o Comissário Europeu responsável pelo pelouro da fiscalidade confessava a um jornal português não ser favorável à *harmonização tributária*, porque, num espaço em que vigora a livre circulação de capitais, harmonizar as taxas do imposto sobre os rendimentos do capital seria “acabar com a concorrência fiscal”, responsável, segundo ele, por “um melhor ambiente para os negócios”.<sup>17</sup> Claro. Negócios *über alles!* Em vez da *solidariedade*, a *concorrência desleal*. Uma *zona monetária* onde se permitem estas práticas só pode ser uma armadilha para os países mais débeis.

Em vez da “Europa dos povos” construiu-se a “Europa dos banqueiros, dos tecnocratas e dos rendistas da política”, uma ‘Europa’ que, em vez de ser “um espaço de solidariedade entre os seus membros”, se apresenta como um espaço onde se recusa “qualquer harmonização pelo topo dos direitos e dos níveis de vida” [a velha ideia da

---

<sup>17</sup> Cfr. *Jornal de Negócios*, 14.6.07.

*harmonização no sentido do progresso, sacrificada no Tratado de Amesterdão (1986)], transformando cada estado no “predador potencial dos seus vizinhos.”*<sup>18</sup>

**10.** - Um exemplo particularmente elucidativo da insensibilidade do neoliberalismo dominante ao colocar as *leis do mercado aberto e de livre concorrência* acima da solidariedade interna, da coesão económica e social e dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral é a famosa *Diretiva Bolkestein* (um projeto de Diretiva apresentado, em nome da Comissão Europeia presidida por Romano Prodi, pelo comissário holandês Fritz Bolkestein).

Os serviços representam mais de 50% do PIB da União. São, pois, um mercado apetecível. Por isso a Comissão Europeia procurou impor a liberalização a qualquer preço, sem curar de estabelecer previamente uma harmonização mínima no que toca à regulamentação dessas atividades e às práticas administrativas, bem como no que se refere à legislação laboral e aos direitos sociais dos trabalhadores, aos aspetos fiscais, às exigências ambientais e de defesa dos consumidores. Este era o propósito anunciado da *Diretiva Bolkestein*: liberalizar a prestação de serviços no âmbito do mercado único europeu e facilitar a criação de empresas de prestação de serviços em qualquer país da UE por parte de cidadãos ou sociedades comerciais de um outro estado-membro.

O projeto da Comissão Europeia sofreu várias críticas, por tratar os serviços como se fossem mercadorias iguais a qualquer outra mercadoria e por não distinguir com clareza os serviços puramente comerciais dos *serviços públicos*. Mas a crítica que teve mais eco na opinião pública foi a dirigida ao *princípio do país de origem*, nos termos do qual as empresas prestadoras de serviços ficariam sujeitas à legislação e à supervisão do país de origem, mesmo quando prestassem serviços com trabalhadores deslocados do país de origem para outros países da UE.<sup>19</sup>

Mais uma vez, ficou claro que o objetivo da liberalização é *nivelar por baixo* no que concerne aos salários e à proteção social dos trabalhadores. Para utilizar um exemplo que veio a lume durante a campanha para o referendo sobre a ‘constituição

---

<sup>18</sup> Assim, Étienne BALIBAR, *ob. cit.*

<sup>19</sup> É o que estão a tentar fazer, mesmo sem tal Diretiva, as empresas de aviação de baixo custo, nomeadamente as sediadas na Irlanda, procurando impor aos seus trabalhadores em outros países europeus ‘contratos irlandeses’, sujeitando-os aos salários, condições de trabalho e níveis de proteção social em vigor na Irlanda. Os argumentos são os do costume: a livre circulação de trabalhadores e de serviços e a liberdade de estabelecimento, princípios que o TJUE já invocara em 2008 para ‘justificar’ soluções deste tipo (casos *Viking* e *Laval*).

européia’, o que se pretende não é permitir ao *canalizador polaco* gozar na França (se aqui prestar serviços como assalariado de uma empresa sediada na Polónia) do mesmo estatuto dos trabalhadores franceses, mas utilizar os ‘canalizadores polacos’ como ‘carne para canhão’ para engrossar o *exército de reserva de mão-de-obra* destinado a pressionar os trabalhadores franceses a aceitar os salários e a proteção social (muito inferiores) dos trabalhadores da Polónia.

Perante o receio de que a percepção disto mesmo viesse a influenciar os votos dos franceses no sentido do NÃO à ‘constituição europeia’, toda a gente veio a público jurar que a *Diretiva Bolkestein* não estava incluída no texto de tal ‘constituição’, que o referendo era sobre a Constituição e não sobre a Diretiva, que a Diretiva tinha de ser modificada, etc. Por receio do voto popular nos referendos anunciados sobre a dita ‘constituição’, foi possível reunir no Parlamento Europeu a maioria de votos que acabaria por suspender o processo de aprovação da Diretiva. Mas os aspetos negativos e intoleráveis deste projeto estão inscritos no código genético dos Tratados que conformam a UE. Por isso, o Presidente da Comissão Europeia apressou-se a defender publicamente o projeto *Bolkestein*, prometendo voltar à carga.

**11.** - Como todos concordaremos, uma comunidade identitária no plano político tem de caracterizar-se por um *elevado grau de solidariedade*, tanto no plano interno como no plano externo. E a UE está longe de corresponder a esta exigência fundamental.

No plano externo, essa falta de solidariedade tem-se manifestado em momentos dramáticos, como foi o da invasão do Iraque, tendo sido notórias as posições extremadas entre os opositores e os apoiantes da estratégia imperial da América fundamentalista de Bush.<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Pouco antes acontecera algo de semelhante a propósito da ex-Jugoslávia, onde o conflito de interesses entre potências imperialistas europeias deu origem à 1ª Guerra Mundial, *a guerra que pôs fim às guerras*, como se dizia (e desejava) no fim dela. Muitos analistas atribuem à Alemanha a responsabilidade política de ter estimulado os nacionalismos na região e de ter reconhecido a independência da Croácia à margem da Comunidade Europeia e contra o que seria o consenso das restantes potências europeias. O resultado foi o que se viu: uma guerra fratricida no coração da Europa e a intervenção militar dos EUA, sob a capa da NATO, à margem do direito internacional, numa pura imposição da lei do mais forte. O ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, não escondeu aos seus concidadãos que apoiar a intervenção no Kosovo “foi uma das coisas mais difíceis da minha vida”, porque “não há guerras santas”, porque “a guerra é sempre uma coisa horrível”. Dividida, não solidária, a União Europeia não tem sido capaz de honrar plenamente uma das suas promessas originárias mais meritórias (a de evitar guerras fratricidas na Europa) e não tem sido capaz de impor aos EUA o

No plano interno, o déficit de solidariedade revela-se, entre outros domínios, na incapacidade:

a) de levar a sério o objetivo da *coesão económica e social* (a que a UE afeta menos de 1/3 das verbas do seu orçamento, percentagem que ganha significado se lembrarmos que a PAC absorve 47%);

b) de avançar para um mínimo de harmonização em matéria de políticas sociais (neste âmbito, as deliberações continuam a ser tomadas por unanimidade);

c) de estabelecer um mínimo de harmonização fiscal, nomeadamente no que toca ao imposto sobre as sociedades, à tributação dos rendimentos do capital e das mais-valias;

d) de pôr de pé uma política concertada de promoção do pleno emprego, de combate ao desemprego e de proteção social aos desempregados;

e) de dotar a União de um orçamento suficiente para ter efeitos redistributivos relevantes e para financiar políticas capazes de enfrentar os efeitos dos chamados *choques externos* ou *choques assimétricos*.

A ausência de solidariedade interna está bem patente, como digo atrás, no abandono (Tratado de Amesterdão, 1986) do objetivo da *harmonização no sentido do progresso*, indispensável para se honrar a tão proclamada *solidariedade europeia* e para se construir a Europa como *entidade política*. Este *aggiornamento* de 1986 veio apenas pôr o texto dos Tratados de acordo com a realidade, e veio também mostrar que esta ‘Europa’ é um *projeto negador da solidariedade europeia* e que, enquanto entidade política, está ao serviço deste mesmo projeto. Os avanços no sentido de *mais Europa* têm significado sempre *menos solidariedade* entre os povos e os estados europeus.

Outro exemplo esclarecedor da ausência de solidariedade interna no seio da UE resulta da manutenção, mesmo no seio da zona euro, de estados-membros que se comportam como verdadeiros paraísos fiscais, fazendo tudo para concorrer deslealmente com os restantes, aliciando empresas com isenções de impostos e ‘segredos bancários’, estimulando a fuga ao fisco e a fraude fiscal em outros estados-membros da UE, com os quais partilham a mesma moeda. No império do capital financeiro tudo é possível, menos a solidariedade.

Nos últimos meses de 2014, os portugueses assistiram ao desmoronamento de um dos grandes grupos económico-financeiros que é ‘dono’ de Portugal pelo menos desde os tempos de Salazar. Refiro-me ao Grupo Espírito Santo. A sorte do banco do Grupo (o BES) foi decidida pelo Governo e pelo Banco de Portugal (em ‘representação’ do BCE e da Comissão Europeia), porque era preciso colocar dinheiro público (cerca de 5 mil milhões de euros) para o salvar. E esse é um encargo dos contribuintes portugueses. Mas, quanto às demais empresas do GES, temos verificado que são os tribunais do Luxemburgo que decidem da sua sorte, porque as *holdings* e outras empresas do Grupo têm lá a sua sede, para beneficiar do ambiente acolhedor deste paraíso fiscal.

Em novembro /2014 uma investigação jornalística trouxe à luz do dia um escândalo que vai sendo designado por *LuxLeaks* e que não era para ser conhecido... Sabe-se agora que, durante os últimos oito anos, o Governo do Luxemburgo assinou acordos fiscais secretos com 340 empresas multinacionais (às quais aceitava cobrar impostos sobre os lucros que por vezes não iam além de 1%!), destinados a atrair o seu dinheiro para os bancos do Grão-Ducado, à custa de práticas de fuga ao fisco e de fraude fiscal em outros países. O responsável máximo por estas negociatas é o Sr. Jean-Claude Juncker, na qualidade de Primeiro-Ministro do Luxemburgo, cargo que acumulou durante anos com o de Presidente do Eurogrupo, uma estrutura que impôs a Portugal e a outros países da zona euro medidas de austeridade draconianas, destinadas (também) e restabelecer a confiança. Reclamam confiança os que não merecem confiança nenhuma.

O atual Presidente do Eurogrupo (o Ministro das Finanças da Holanda) apontou responsabilidades políticas por este escândalo ao Governo do Luxemburgo. Mas o Sr. Juncker, cuja “consciência social-cristã” justificou o voto favorável dos socialistas europeus à sua investidura como Presidente da Comissão Europeia, classificou tal comportamento (um comportamento de deslealdade para com outros países da UE e instigador de práticas ilegais e até criminosas) como um simples “excesso de engenharia fiscal”, ‘justificando-o’ moralmente com a alegação de que ele é prática corrente na Europa (e em outras partes do mundo), e, tecnicamente, com a desculpa de que ele é, afinal, o fruto da “falta de harmonização fiscal ou de uma harmonização fiscal insuficiente na Europa.” Estas desculpas são tão convincentes que nem o Sr. Juncker pediu a sua demissão de Presidente da Comissão Europeia nem o Parlamento Europeu

(perante o qual prestou declarações em 12.11.2014) o censurou por aqueles “excessos de engenharia fiscal”.

À margem do ‘julgamento político’ (feito por juízes em causa própria), até ao momento (janeiro/2015), a Justiça só está a investigar um contabilista que entregou os documentos comprovativos destes ‘excessos’ a um Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação. Segundo os jornais, este contabilista criminoso pode ser condenado a uma pena de prisão até cinco anos e a uma multa de um milhão de euros. Realmente, a Justiça é cega... Assim vai a ‘Europa’. Ou melhor: esta ‘Europa’ não vai a parte nenhuma.<sup>21</sup> Assim vai a ‘Europa’. Ou melhor: esta ‘Europa’ não vai a parte nenhuma.<sup>22</sup>

Só mesmo o descaso pela solidariedade entre os povos da União justifica o tratamento dado aos doze países da Europa central e de leste que entraram há menos tempo na UE. Ninguém ignora que as populações desses países já carregam pesados fardos: encargos fiscais superiores (nomeadamente por força do IVA); diminuição das prestações sociais (imposta pela mudança de sistema económico-social e pelos critérios restritivos no que concerne ao défice público); aumento dos preços dos bens essenciais (antes subsidiados), como é o caso das tarifas da eletricidade, rendas de casa, transportes, saúde, educação, serviços públicos em geral; enorme aumento do desemprego, como consequência do desmantelamento das estruturas produtivas anteriores e da ‘flexibilização’ das leis do trabalho. No entanto, eles não beneficiaram de meios facilitadores da sua integração idênticos àqueles de que beneficiaram outros países (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda), apesar de se apresentarem com um rendimento médio *per capita* inferior a metade do rendimento médio da UE com quinze membros.<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Por estas e por outras é que há quem chame aos políticos ‘europeus’ “surrender monkeys to the Troika” (“macacos submissos aos imperativos da Troika”). Assim, Bill Mitchell, em <http://biblo.economicoutlook.net/blog/?=29550&cpage=1>

Parafrazeando o poeta português José Gomes Ferreira, poderíamos dizer: são *carneiros todos, com carne de obedecer*.

<sup>22</sup> Por estas e por outras é que há quem chame aos políticos ‘europeus’ “surrender monkeys to the Troika” (“macacos submissos aos imperativos da Troika”). Assim, Bill Mitchell, em <http://biblo.economicoutlook.net/blog/?=29550&cpage=1>

Parafrazeando o poeta português José Gomes Ferreira, poderíamos dizer: são *carneiros todos, com carne de obedecer*.

<sup>23</sup> Quando, através do *Ato Único Europeu* (1986), se avançou para a consolidação do mercado único, a Comunidade organizou os *Fundos Estruturais* (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; FSE – Fundo Social Europeu; FEOGA – Fundo Europeu de Garantia Agrícola), complementados em 1992 pelo *Fundo de Coesão*, por entender que era necessário ajudar os estados-

A falta de solidariedade vem ao de cima sempre que se discute o orçamento comunitário, que se mantém à roda de 1,2% do PIB da União, enquanto nos países que integram a UE o orçamento nacional representa entre 40% e 60% do PIB.

As verbas previstas no II Quadro Comunitário de Apoio (QCA) duplicaram relativamente à do primeiro, mas as verbas para o III QCA (2000-2006) mantiveram-se inalteradas.

Já depois dos referendos na França e na Holanda (maio e junho de 2005) que vetaram a chamada Constituição Europeia, os Chefes de Estado e de Governo, reunidos no Conselho Europeu (16/17 de junho de 2005), não se entenderam sobre o quadro orçamental para o período 2007-2013. Apesar do alargamento, os países mais ricos opunham-se ao aumento do orçamento da União e os maiores contribuintes líquidos para este orçamento (a Holanda, a Suécia e a Alemanha) pretendiam mesmo ver reduzida a sua contribuição financeira para a UE. Por isso mesmo, ao longo do período 2007-2013, o orçamento comunitário não foi além de 1% do PIB da União. O número de países ‘pobres’ aumentou (e entre os ‘pobres’ que mais recebem estão algumas regiões menos ricas dos países mais ricos...), mas o bolo não cresceu.

A verdade é esta: mesmo para os habitantes dos países com maior contribuição líquida, o orçamento da UE absorve um montante à roda de 150 euros/habitante/ano, um valor mensal (12,5 euros) que é de certeza (muito) inferior ao montante da quota mensal paga pelos sócios da generalidade dos clubes de futebol das ligas principais dos países europeus. Como se vê, vale muito pouco a solidariedade europeia.

Os países dominantes no seio da UE ‘ignoram’ tudo isto. A sua preocupação resume-se à maximização, em benefício das suas economias, dos ganhos de um grande mercado aberto à concorrência. A solidariedade devida aos novos países do alargamento serve apenas para compor o discurso político (ou politiquero), apesar de se saber que esses países continuam, em geral, a registar níveis de produção inferiores aos de 1989, vendo-se, por isso, condenados a recorrer a práticas equiparáveis ao *dumping salarial*,

---

membros mais fracos, tendo em conta que a concorrência entre desiguais agrava, em princípio, as desigualdades existentes à partida. Idêntica lógica presidiu, após a reunificação da Alemanha, à transferência de fundos avultados do orçamento da Alemanha (além dos saídos do orçamento comunitário) para os *Länder* do leste alemão (mesmo através de ajudas concedidas ao arrepi do direito comunitário).

ao *dumping social*, ao *dumping fiscal* e ao *dumping ambiental* como armas de concorrência.

Quem ganha com esta situação são os senhores do grande capital, que joga com a *deslocalização de empresas* para tentar obter em outros países idênticas vantagens salariais e fiscais (áreas onde os Tratados afastam qualquer ideia de harmonização). Para poderem ser competitivos (i. é, para poderem assegurar gordíssimas taxas de lucro aos capitais estrangeiros que querem atrair), os governos desses países vão por certo condenar os seus trabalhadores a manter (ou a diminuir) os baixos níveis salariais e os baixos níveis de proteção social que hoje auferem e vão aceitar cobrar menos receitas (por abdicarem da cobrança dos impostos sobre os rendimentos do capital) em prejuízo dos investimentos para promover o desenvolvimento económico e social.

A esta luz, ganha sentido a tese dos que não entendem aquele alargamento, tão mal preparado, feito precipitadamente, ainda por cima em tempo de acentuada crise económica e social, num mundo unipolar, com a Europa cada vez mais desigual, confusa quanto aos contornos do próprio alargamento, profundamente dividida em matérias de política externa, mesmo quanto à questão-limite da guerra e da paz.

O tempo e o modo do alargamento da UE de 15 para 25 e depois para 27 membros talvez só se consigam explicar porque ele significou, verdadeiramente, a entrada no mercado único das grandes empresas dos países europeus ‘dominantes’ (sobretudo das empresas alemãs), que entretanto se foram instalando nos países cuja adesão se preparava (situados na histórica ‘zona de influência da Alemanha), dominando uma parte substancial das suas economias. Quer dizer: o alargamento fez-se não para integrar os povos dos países em causa num espaço solidário, empenhado em ajudá-los a melhorar os seus níveis de vida, mas apenas para que aqueles ‘países dominantes’ possam tirar proveito dos seus recursos naturais e, sobretudo, da sua mão-de-obra qualificada, barata e pouco reivindicativa, com as empresas aí implantadas devidamente integradas no “grande (super)-mercado europeu pacificado.”<sup>24</sup>

O alargamento teve lugar, nas condições referidas, porque ele serve o objetivo último de tentar impor, em todo o espaço comunitário, o *nivelamento por baixo*, ao nível dos salários, dos direitos dos trabalhadores e das prestações sociais que estes

---

<sup>24</sup> Cfr. A. LECHEVALIER /G. WASSERMAN, *ob. cit.*, 15.

foram conquistando, a duras penas, ao longo dos duzentos anos da história do capitalismo.

12. - A solidariedade europeia mostrou mais uma vez o seu vazio a propósito do orçamento comunitário aprovado para o período 2014-2020. Os *países do norte* insistiram em reduzir o orçamento ou, pelo menos, em reduzir a sua própria contribuição. No RU, os trabalhistas (junto com alguns deputados conservadores) derrotaram no Parlamento o projeto do governo conservador. Este admitia manter os valores nominais do orçamento atual e a contribuição britânica, aqueles queriam diminuir um e outra.

Pois bem. O orçamento da UE para o período 2014-2020 (aprovado pelo Conselho Europeu em 8.2.2013) é, pela primeira vez, um orçamento de montante inferior ao do septenato anterior. O RU ameaçou vetar o orçamento e mesmo abandonar a UE se o orçamento não fosse reduzido. Os chamados contribuintes líquidos (em especial a Alemanha e os ‘países do norte’, que esquecem os ganhos que retiram do comércio intra-europeu) exigiram pagar menos. A França, talvez por mera tática negocial, defendeu o reforço do orçamento comunitário, mas, ao fim e ao cabo, preocupou-se essencialmente em garantir o bolo da Política Agrícola Comum, que continua a absorver uma percentagem elevadíssima do orçamento da UE e de que a França (juntamente com os países ricos do centro/norte da Europa) é o maior beneficiário.

Ficou claro, mais uma vez, que a Europa não existe enquanto entidade política capaz de representar uma *perspetiva europeia* para os problemas que afligem os povos do Velho Continente. Esta ‘Europa’ é um somatório de egoísmos nacionais, arbitrados pela Alemanha, que se comporta como *árbitro-dono-da-bola*.

Desde a entrada em circulação do euro, a Europa vive uma crise profunda (crise do euro e crise económica e social), que está a pôr em causa a coesão social e o contrato social à escala europeia e à escala de cada um dos estados-membros da UE e que está a ameaçar a democracia e a paz na Europa e no mundo. Por isso mesmo, era natural esperar dos ‘europeístas’ a definição de *políticas comunitárias ativas* de luta contra a crise. A verdade, porém, é que o orçamento aprovado ignora por completo as dificuldades e as necessidades dos países mais atingidos pela crise (de quase todos os

países da UE, afinal). É um orçamento que reforça a austeridade e que continua a ignorar qualquer política séria para dinamizar o crescimento e promover o emprego.

O santo e a senha continuam a ser os princípios monetaristas aprovados no *Tratado Orçamental*. A ‘Europa’ continua apostada no empobrecimento dos trabalhadores europeus, para os obrigar a ‘competir’ com os trabalhadores chineses e do Bangladesh. O *poder político europeu* existe apenas para servir os interesses do grande capital financeiro, para garantir as liberdades do capital (liberdade de comércio, liberdade de circulação de capitais, liberdade de estabelecimento) e para destruir, a golpes de políticas neoliberais, a economia e a soberania dos países mais débeis. A União Europeia ‘roubou’ aos estados-membros fatias importantíssimas da sua soberania, mas não pode oferecê-lhes (nomeadamente aos mais fracos) nenhuma ‘soberania’ de substituição, que tenha em conta os seus problemas (os conjunturais e os estruturais) e prossiga políticas destinadas a enfrentá-los e a resolvê-los.

**13.** - É espantoso ver como, em geral, as pressões para enfraquecer ainda mais a já fraca força do orçamento da UE vêm dos estados-membros que mais insistem na necessidade de se avançar na *integração política europeia*, rumo a um *estado europeu*. O que prova que esta não é uma proposta séria. Se uma zona monetária não pode subsistir sem um grau elevado de solidariedade entre os seus membros, muito menos se pode conceber um estado federal sem uma fortíssima solidariedade entre os estados federados. Isto significa que não faz qualquer sentido pensar-se em *mais integração política*, em *mais Europa*, sem se avançar muito mais no *reforço da solidariedade* entre os estados-membros da UE. Enquanto a ‘Europa’ não for um espaço solidário, a proposta de *mais Europa* só pode encobrir o propósito de reforçar os mecanismos de domínio das grandes potências sobre os países mais pequenos e mais débeis, dos *países do norte* sobre os *países do sul*, dentro dos parâmetros do *imperialismo* e do *neocolonialismo*.

Nestes tempos de crise, os *donos da Europa* vêm tratando os países em dificuldade como se estes fossem criminosos. Em vez de os ajudar a recuperar as suas economias, castigam-nos com penas humilhantes e ruinosas. Basta só dizer que cobram aos países carecidos de ajuda juros mais elevados do que aqueles que o BCE cobra aos bancos privados! A Alemanha financia-se praticamente sem custos e empresta-nos dinheiro a taxas de juro agiotas. As nossas dificuldades são fonte de lucro para a

Alemanha e para os especuladores que usam contra os estados-membros mais débeis da UE os recursos comunitários que o BCE lhes dá de mão beijada.

Em tempos passados, os países credores ocupavam militarmente os devedores impossibilitados de pagar as suas dívidas e passavam a gerir as alfândegas, cobrando os direitos alfandegários (os únicos impostos com receitas relevantes) e arrecadando as respetivas receitas até recuperarem o dinheiro que tinham emprestado. Agora, os nossos ‘parceiros’ na UE fazem pior: disfarçados de *troika*, levam, a título de juros, uma fatia importante da riqueza que produzimos e dos impostos que pagamos (cerca de oito mil milhões de euros por ano, à roda de 4,5% do PIB), impõem a venda ao desbarato das empresas que constituem os alicerces da nossa soberania, destroem a economia, empobrecem os trabalhadores, humilham os povos e os estados, não respeitando sequer as ‘barbas brancas’ de um país como Portugal, independente há quase 900 anos. Já alguém viu tratar deste modo os estados endividados no seio dos EUA, no seio da União brasileira ou da federação alemã?

O projeto de integração europeia só faria sentido se estivesse ao serviço do desenvolvimento harmonioso de todos os povos europeus com vista à aproximação dos seus níveis de rendimento e condições de trabalho e de vida. É hoje mais claro do que nunca que não é este o *programa político* da União Europeia. Ela não é mais do que um enorme mercado para as empresas multinacionais dos países dominantes (as grandes beneficiárias da liberdade de estabelecimento, da liberdade de circulação de mercadorias e das sacrossantas regras da *concorrência livre e não falseada*) e uma estrutura de poder ao serviço do capital financeiro (que tira partido da liberdade de circulação de capitais, da desregulação do mercado e da proteção do BCE), com inteiro desprezo pelos interesses e pelos direitos dos trabalhadores (para ficarmos só pelo ‘mercado’, todos sabemos que não existe, no seio da UE, um verdadeiro *mercado único de trabalho*, que permita a livre mobilidade dos trabalhadores de um país para outro. A famosa proposta Bolkestein pretendia que eles pudessem sair, mas sendo tratados como se continuassem nos seus países de origem...).

Neste quadro, a proposta de *mais Europa* não pode deixar de ser entendida como mais um passo para reforçar as relações de *colonialismo interno* dentro do espaço da União Europeia.

14. - A crise financeira, económica e social que anda à solta há mais de quatro anos veio pôr nu a verdadeira face da *Europa neoliberal*, a *Europa do capital*, a Europa que os cidadãos europeus já recusaram: um grande mercado interno, com uma economia incapaz de crescer, um espaço sem um mínimo de solidariedade e de coesão social, sem o mínimo sentimento de pertença, um espaço em que alguns estados se assumiram como ‘donos da bola’ e têm imposto as ‘regras do jogo’, humilhando os trabalhadores europeus e tratando com laivos de superioridade rácica os ‘povos do sul’.

Na cimeira de 7/8 de maio/2010 a Alemanha persistiu em considerar a situação da Grécia como um caso isolado, explicável pela irresponsabilidade, pela preguiça e por outros vícios do povo grego, que se habituou a viver acima das suas posses. Perante as notícias, Jürgen Habermas comentou: “A prioridade das preocupações nacionais [alemãs] nunca se manifestou com tanta clareza como na resistência robusta de uma Chanceler que, antes da sua derrota desastrosa no dia 8 de maio de 2010, bloqueou durante semanas a ajuda europeia à Grécia e o mecanismo de emergência para salvar o euro.” E ‘acusou’ Merkel de não ser capaz de ultrapassar “a consideração oportunista dos joguinhos da política interna”, cedendo ao “medo das armas de destruição maciça da imprensa tablóide” (esquecendo “a força destrutiva das armas de destruição maciça dos mercados financeiros”) e “bloqueando uma ação conjunta da União que teria apoiado atempadamente a Grécia contra a especulação que visava a bancarrota do estado.” Lendo esta situação como “o fracasso de uma visão que marcou durante meio século a história do pós-guerra na Europa”, Habermas confessa: “apercebi-me, pela primeira vez, da possibilidade real de um fracasso do projeto europeu.”<sup>25</sup>

Mas esta crise, a sua permanência e a sua evolução abriram também, como se vê, uma *crise da Europa*, uma crise da “Europa como ela é” (Jacques Chirac), uma crise deste ‘monumento’ ao neoliberalismo fundamentalista em que os cidadãos e os povos da Europa não se reveem. Uma crise cujas raízes mais próximas talvez possam ir buscar-se à criação da UEM e ao modelo que lhe foi imposto pela Alemanha.

Na verdade, com a entrada em vigor do Tratado de Maastricht (1992) e a criação da UEM, pode dizer-se que a ‘Europa’ passou a sofrer de outra *doença estrutural*, que veio agravar, substancialmente, o *défice democrático* do processo de integração que conduziu à União Europeia.

---

<sup>25</sup> Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 135-140 e 153/154.

Hoje toda a gente aceita que a criação da UEM foi, em grande parte, fruto de razões de ordem política, que anularam as razões técnicas que desaconselhavam a criação de uma zona monetária na Europa. Após a anexação da RDA pela RFA (foi este o significado da reunificação da Alemanha), renasceu na França o medo da ‘Grande Alemanha’, cujas armas bombardearam Paris por três vezes, entre 1870 e 1940. E a França – que não conseguiu evitar a reunificação da Alemanha, operada por Helmut Kohl numa espécie de ‘operação *overnight*’, com a cumplicidade de Gorbachev e o apoio dos EUA – quis acreditar que a inserção mais profunda da Alemanha no ‘tecido’ europeu poderia garantir uma *Alemanha europeia*, que apagasse as lembranças da Alemanha do *Deutschland über Alles*.

Pouco depois da entrada em circulação do euro começou a ficar claro, porém, que os objetivos políticos que inspiraram a criação da UEM estavam a ser esvaziados em resultado das ‘regras’ impostas pela Alemanha à UEM: os critérios monetaristas do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento, o estatuto de independência do BCE e o perfil da moeda única como um verdadeiro *deutsche euro*.

A *união monetária europeia* integra países com economias muito heterogéneas no que toca ao seu grau de desenvolvimento, aos níveis de remuneração e de vida e aos hábitos de consumo dos seus trabalhadores e dos seus povos, com reduzido grau de mobilidade das populações de um país para outro. Todos sabiam, por isso mesmo, que a UEM era um projeto de difícil sustentação, por lhe faltarem as bases mínimas requeridas por uma *união monetária*. Assim sendo, o bom senso recomendava, desde o início, a adoção de medidas que ajudassem a ultrapassar as disfunções originárias se tal projeto. A primeira prioridade deveria ter sido a de trabalhar em conjunto, *solidariamente e em cooperação*, para atingir, no âmbito da UE e, em particular, no âmbito da zona euro, níveis uniformes (ou mais aproximados) de desenvolvimento económico e social.

Ora, como é notório, as políticas adotadas ao longo dos anos têm visado exatamente o contrário e têm conseguido os seus objetivos. E a chamada *crise das dívidas soberanas* veio acelerar este processo.

Perita na “arte da hesitação deliberada” (Ulrich Beck), a Sr<sup>a</sup> Merkel fez prevalecer, desde o início, a tese (com alguns laivos de racismo...) segundo a qual a ‘crise’ era um *problema grego*, um problema resultante dos excessos, da irresponsabilidade e da incapacidade dos *povos do sul*, que só aprenderiam a ‘lição’ à

custa de duros castigos. O mesmo diagnóstico valeu para todos os *povos do sul* (a Irlanda dever ter-se naturalizado...) e a ‘solução’ de castigar os ‘povos inferiores’, de pôr-lhes a rédea curta e de convencê-los de que a sua ‘cura’ tinha de passar por um calvário de sacrifícios, indispensáveis para que eles aprendam que não podem querer viver acima das suas posses (o sacrifício purifica...).

Este discurso racista e xenófobo agrada a grande parte do eleitorado alemão e a Sr<sup>a</sup> Merkel quer, acima de tudo, ser reeleita. Mas é claro que ele visa essencialmente ‘esconder’ as causas e a natureza da crise. E os mais avisados, como Ulrich Beck, vão lembrando ao mundo que “a arrogância dos europeus do Norte em relação aos países do Sul, alegadamente preguiçosos e sem disciplina, demonstra ignorância cultural e um esquecimento brutal da história.”<sup>26</sup> E os que não esquecem a história sabem muito bem que *o sono da razão gera monstros*.

Esta *estratégia merkiavélica* (parafraseando Beck) permite, porém, ignorar as causas da crise e a sua natureza, fugindo à sua caracterização como uma *crise do euro*, uma *crise da UEM*, uma *crise da UE*, crise perante a qual a Alemanha teria de assumir responsabilidades e ‘sacrifícios’ correspondentes ao seu peso económico e político no seio da UE e às vantagens do referido ‘estatuto’ do *deutsche euro*.

Ao longo destes já longos anos de crise, em vez de trabalharem para reforçar a *coesão social* no seio da UE e no seio de cada um dos estados-membros, no âmbito de um objetivo estratégico da convergência, a médio prazo, dos níveis de desenvolvimento económico e social no espaço comunitário, os dirigentes dos ‘países dominantes’ têm adiado soluções e têm imposto outras sempre na ótica dos seus próprios interesses nacionais; têm-se empenhado obstinadamente na tarefa de identificar os ‘pecadores’ e de os castigar exemplarmente com a aplicação de verdadeiras ‘penas infamantes’; têm destruído as economias dos países mais débeis (asfixiadas com taxas de juro agiotas, impostas pelos “mercados” ou pelo *grupo financeiro FMI-BCE-UE*, o que é a mesma coisa...); têm gasto “muitas das suas energias em lutas de galos pela nomeação das figuras mais cinzentas para os seus cargos mais influentes.” (Habermas)

Em suma: têm feito tudo o que não deveriam fazer, tudo ao contrário do que exigiria uma Europa assente na *cooperação* entre estados-membros com estatuto de igualdade, na *participação democrática* dos cidadãos europeus na definição do seu futuro, no respeito pela *dignidade* dos povos e dos estados da Europa. A culminar este

---

<sup>26</sup> Transcrevo Ulrich BECK, *ob. cit.*, 37.

processo, aprovaram em 2012 o chamado *Tratado Orçamental*, que, é, verdadeiramente, um novo *pacto colonial*, como explicarei à frente.

A UEM traduz-se na existência de uma *moeda única* e de uma *política monetária única* (uma *política monetária federal*), mas não existe, no seio da eurozona, uma política fiscal minimamente harmonizada, nem se assume uma dívida comunitária, uma *dívida federal*.

Acresce que a *política monetária única* (subtraída aos órgãos políticos legitimados democraticamente e entregue ao BCE, que é, de facto, um *órgão federal*) está completamente desfasada da realidade da grande maioria dos países que integram a união monetária e não tem nada que ver com a economia real. De acordo com os seus Estatutos, o BCE não pode emprestar dinheiro aos estados-membros em dificuldade, mas pode emprestar dinheiro à banca privada, que tem recebido milhões e milhões a taxas de juro à roda de 1% (por vezes pouco acima de 0%), para depois emprestar aos estados a taxas de juro que já ultrapassaram 20%. É algo de esquizofrénico... Longe de corresponder ao perfil de um verdadeiro banco central, com capacidade para ajudar a resolver os problemas de financiamento dos estados-membros da zona euro, o BCE tem ajudado a consolidar a sujeição dos estados nacionais aos “mercados” (ao grande capital financeiro).

No que toca à política fiscal, em vez de uma política com um grau mínimo de harmonização (ao menos no que toca aos impostos sobre os lucros das sociedades comerciais e sobre as transações financeiras), o *dumping fiscal* é estimulado como prática de *concorrência desleal* entre estados que têm a mesma moeda. É um absurdo, mas é esta a realidade, como já fica dito atrás.

**15.** - A chamada *crise das dívidas soberanas* dos “países do sul” (apresentada deste modo para esconder a *crise do euro* e a *crise da Europa*) veio pôr a descoberto as debilidades da ‘Europa’ enquanto estrutura política e a vontade da Alemanha de pôr a Europa a *falar alemão*. Como é sabido, a UE não é um estado federal: o Parlamento Europeu não é um verdadeiro parlamento representativo da soberania popular (apesar de todas as ‘promessas’ que acompanharam a aprovação do chamado *Tratado de Lisboa*, o PE continua a ser um *nada político*); não há um orçamento comunitário digno desse nome; a Comissão Europeia não é um governo comunitário e não dispõe das competências nem dos meios financeiros para (e não tem a responsabilidade de) definir

e aplicar políticas anti-cíclicas. No quadro da UEM, o euro é, pois, uma *moeda sem estado*, o que constitui uma dificuldade acrescida.

Mas veio pôr a descoberto também a *desunião europeia* no seu melhor. Foi o tempo em que os portugueses (e outros ‘europeus’) se apressaram a dizer que Portugal não era a Grécia, outros a dizer que a Espanha não era Portugal, outros ainda a dizer que a Itália não era a Espanha, e ainda outros a dizer que a França não era a Itália... Foi um espetáculo pouco edificante. Com o objetivo de ‘esconder’ as causas da crise, optou-se pela ‘solução’ de castigar os ‘povos inferiores’, pondo-lhes a rédea curta e tentando convencê-los de que a sua ‘cura’ teria de passar por um calvário de sacrifícios (o sacrifício purifica!), indispensáveis para que eles aprendam que não podem continuar a viver acima das suas posses...

A meu ver, a ‘leitura’ alemã da crise e as políticas que dela têm resultado podem ter servido os interesses (conjunturais) da Alemanha, mas ameaçam destruir a Europa. Estão a destruir as economias europeias e estão a romper o tecido social dos estados europeus, e podem até destruir a ‘Europa’ que os seus mentores têm vindo a construir à socapa, que poderá não resistir à *destruição da credibilidade do euro* enquanto moeda que aspirava ao estatuto de *moeda mundial de referência*, projeto em que tanto investiram os seus ‘inventores’.

**16.** - Tal ‘leitura’ e tais políticas podem muito bem anular os objetivos de paz originários das comunidades europeias (a começar pela *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*), que pressupunham um ‘projeto europeu’ com uma *Alemanha europeia* (uma Alemanha com raízes fundas na ‘Europa’ e respeitadora dos interesses europeus).

Em 1953, falando em Hamburgo para estudantes universitários, Thomas Mann exortava-os a construir uma *Alemanha europeia* e a rejeitar a ideia de uma *Europa alemã*. Este apelo foi recordado, recorrentemente, logo após a ‘reunificação’ da Alemanha.<sup>27</sup> Hoje, não faltam razões, a meu ver, para temer que este apelo se tenha esfumado. A Alemanha, *cada vez mais alemã*, parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedor” que, durante alguns anos após a 2ª Guerra

---

<sup>27</sup> Recordo um velho Mestre da Universidade do meu tempo de estudante, profundo conhecedor da Alemanha e da cultura alemã, a quem algumas vezes ouvi dizer: “eu gosto tanto da Alemanha, que prefiro que haja duas”...

Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros.”<sup>28</sup> E a ‘Europa’, ‘governada’ por esta *Alemanha alemã*, que coloca acima de tudo os interesses da Alemanha, tornou-se uma *Europa alemã*. “A crise do euro – escreveu Ulrich Beck – tem levado à emergência – até agora constante – da Europa alemã. (...) A Europa tornou-se alemã. (...) Mas dizê-lo abertamente significa quebrar um tabu.” E – conclui o sociólogo alemão – “a Europa alemã viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver.”<sup>29</sup>

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida na história, está, com razão, a assustar muita gente. Em julho/2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o âmbito da reflexão, o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez.”<sup>30</sup>

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Acredito, porém, que, tal como as pessoas, os povos têm de assumir a sua história por inteiro, com as suas grandezas e as suas misérias. Por isso entendo que a Alemanha, sem ter de esquecer as suas grandezas, não pode esquecer as suas misérias.

Não pode esquecer, nomeadamente, que as tropas da Alemanha nazi assassinaram, em 1940, mais de um milhão de gregos, infligindo também à Grécia enormes prejuízos materiais, para além do roubo de obras de arte sem preço. E não pode esquecer que a Alemanha nunca recompensou o povo grego pelos danos morais e materiais que lhe foram infligidos pelas suas forças armadas. Não é fácil calcular os danos morais (qual a recompensa por uma pessoa assassinada? E por uma pessoa torturada e condenada a morrer à fome em campos de concentração? E qual a recompensa pelo roubo do património artístico e cultural de um povo?). Mas poderão calcular-se os danos materiais. Os jornais gregos e alemães vêm falando de um relatório ainda secreto (mandado elaborar pelo Ministério das Finanças da Grécia) que traduz esses danos em mais de 160 mil milhões de euros. Chegava para resolver os problemas financeiros da Grécia, que refletem ganhos fartos do capital alemão.

---

<sup>28</sup> Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 163-169.

<sup>29</sup> Ulrich BECK, *ob. cit.*, 11, 89 e 111.

<sup>30</sup> Citações colhidas em J. ALMEIDA FERNANDES, *Público*, 11.8.2012.

É um título que lhe pertence por direito próprio: a Alemanha foi o devedor mais relapso ao longo do século XX, durante o qual cometeu, contra os povos da Europa e de todo o mundo, gravíssimos crimes contra a humanidade. Apesar disso, beneficiou do perdão de dívidas, contando-se a Grécia (e também a Espanha e a Irlanda) entre os países que perdoaram dívidas à Alemanha, logo em 1953, oito anos depois do fim da Guerra.<sup>31</sup> Sabendo que a Alemanha nunca pagou à Grécia um cêntimo que fosse para indemnizar o povo grego dos danos que lhe causou, o Ministro das Finanças alemão – que está sempre a dar lições aos ‘povos do sul’, exigindo-lhes que paguem as suas dívidas e impondo-lhes pesados sacrifícios – vem agora dizer que a questão das reparações de guerra é assunto do passado. É uma arrogância que ofende o mundo inteiro.

Em artigo publicado na revista *Merkur* (uma revista muito influente junto da intelectualidade alemã), em janeiro/2012, o seu autor (Christoph Schoenberger) defende que a hegemonia da Alemanha no seio da UE deve ser entendida como a hegemonia que cabe (como que naturalmente) ao estado mais poderoso no seio de um sistema federal, à semelhança do que aconteceu com a Prússia no seio da federação germânica durante o II Reich. Invocando a teoria de Heinrich Triepel (baseada no modelo prussiano de dominação da Alemanha<sup>32</sup>), o autor defende que “sendo os estados representados no Conselho Europeu muito desiguais em dimensão e peso, seria irrealista pensar que eles podem coordenar-se em pé de igualdade.” Entende, por isso, que “para funcionar, a

---

<sup>31</sup> O chamado *Acordo de Londres* (assinado em 27.2.1953) reflete o acordo estabelecido entre a devedora Alemanha (uma dívida avaliada em 32 biliões de marcos) e 26 países credores (os principais eram os EUA, o RU, a Holanda e a Suíça). Os EUA propuseram o perdão total da dívida contraída pela Alemanha após a 2ª Guerra Mundial, mas o compromisso acabou por ser estabelecido nestes termos: *a*) perdão de 50% da dívida (entre os credores que perdoaram dívida alemã estavam a Espanha, a Grécia e a Irlanda); *b*) redução considerável da taxa de juro; *c*) reescalonamento do pagamento dos restantes 50% para um prazo de trinta anos (algo mais para uma parcela desta dívida, de tal forma que a Alemanha só em 1990 pagou dívida contraída em 1920); *d*) o pagamento dos encargos da dívida seria feito apenas se houvesse saldo positivo da balança comercial da Alemanha, que não seria obrigada a recorrer a outros recursos (reservas de divisas ou dívida nova) se não registasse, em dado ano, aquele saldo positivo (para o conseguir, a Alemanha era mesmo autorizada a introduzir barreiras às importações); *e*) o pagamento efetivo dos encargos da dívida foi condicionado à capacidade de pagamento da Alemanha, não podendo o serviço da dívida absorver mais do que 50% do valor das exportações, e admitindo-se a suspensão dos pagamentos e sua renegociação em caso de dificuldades económicas; *f*) os credores obrigavam-se a permitir à Alemanha garantir de forma duradoura o crescimento da sua economia e a sua capacidade de negociação; *g*) o objetivo global do Acordo era o de permitir à Alemanha condições para prosseguir o crescimento económico sem sacrificar o consumo dos alemães.

A História ensina que há muitas formas de resolver os mesmos problemas. E a Alemanha deveria estar entre os primeiros países a não esquecer as lições da História.

<sup>32</sup> Segundo Perry Anderson, Heinrich Triepel foi um admirador do estilo bismarckiano de governar a Alemanha com base na hegemonia da Prússia, mas foi também um admirador de Hitler (cuja subida ao poder classificou de “revolução legal”), o estadista que, anexando a Áustria e os Sudetas, realizou o sonho alemão de um estado plenamente unificado.

União exige que o estado com mais população e riqueza lhe dê coesão e direção. A Europa precisa da hegemonia alemã, e os alemães têm de deixar de se mostrar tímidos no seu exercício.”<sup>33</sup>

Não se fala, como se vê, de estruturas federais, nem de ‘poderes federais’, nem de políticas federais. A *Europa federal* parece resumir-se à *inter-governamentalidade* do Conselho Europeu, no seio do qual o jogo dos interesses é ‘jogado’ e decidido segundo as regras impostas pelo jogador mais forte, que deve (tem o direito de) assumir os ‘direitos’ de dono da bola e os ‘poderes’ de árbitro. Bem vistas as coisas, é assim que vem funcionando a ‘Europa’, nomeadamente desde o início da *crise do capitalismo* que gerou a *crise do euro*.

Creio que só concepções com as que ficam expostas poderão justificar que o Sr. Volker Krauder, secretário-geral do partido da Sr<sup>a</sup> Merkel, tenha proclamado, no Congresso do seu partido realizado em Leipzig (novembro/2011): “Agora na Europa fala-se alemão”. Muito bem (ou muito mal). A Alemanha poderá, finalmente, tornar-se a potência hegemónica da Europa, ambição que parece não abandonar os dirigentes alemães. Esta Europa poderá até *falar alemão*, poderá até aproximar-se do “quarto Reich” de que falam alguns, recuperando a expressão cunhada, em 1995, pelo historiador inglês Andrew Roberts. Mas uma *Europa de servos* não será nunca uma *Europa de desenvolvimento e de paz*.

Um homem tão comedido e tão conhecedor das ‘regras do jogo’ como Jean-Claude Juncker (então Presidente do Euro-Grupo e atual Presidente da Comissão Europeia) não foi capaz de calar o que lhe ia na alma, declarando, numa entrevista (fins de julho/2012), que “a Alemanha trata a zona euro como se fosse uma sua filial.”<sup>34</sup> Perante a ‘teoria’ defendida na revista *Merkur*, pergunta Parry Anderson: “Irá a França aceitar assim tão facilmente ser rebaixada ao estatuto que foi o da Baviera no II Reich?”. Pergunto eu: aceitarão os povos da Europa oferecer à Alemanha, de mão beijada, o que Hitler não conseguiu pela violência e pela barbárie?

---

<sup>33</sup> Os trechos transcritos são a síntese de P. ANDERSON (*ob. cit.*), que comenta: “A França, cujo arsenal nuclear e lugar no Conselho de Segurança da ONU já não contam grande coisa, tem de rever, por isso, as suas pretensões. A Alemanha deve tratar a França como Otto von Bismarck fez com a Baviera nesse outro sistema federal que foi o II Reich, mimoseando o parceiro inferior com favores simbólicos e consolações burocráticas”. E acrescenta que Bismarck considerava os bávaros “a meio caminho entre um austríaco e um ser humano”.

<sup>34</sup> Jornais de 30.7.2012.

17. - A agudização da situação na Grécia (mas também a evolução da ‘crise’ em Portugal e na Irlanda e mesmo na Espanha e na Itália) obrigou a acelerar os trabalhos para a revisão do *Tratado de Lisboa*, que acabou por concretizar-se, de modo muito pouco ortodoxo, através do chamado *Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governança na União Económica e Monetária* (TECG), assinado em Bruxelas em 2 de março de 2012 pelos Chefes de Estado e de Governo de 25 estados-membros da UE (todos os da Eurozona e mais oito, ficando de fora o RU e a República Checa).

Aprovado, como sempre, “à porta fechada” (Habermas), a pretexto da crise, ele veio agravar o adquirido anterior, perfilando-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno. Creio que esta é uma leitura que pode ser subscrita por todos os europeus não dependentes das drogas neoliberais. Mas a ‘filosofia’ inspiradora deste *pacto* é a mesma que, à escala mundial, vem destruindo a coesão social com base em políticas que garantem tudo ao capital (incluindo a impunidade pelos crimes cometidos, muitas vezes verdadeiros *crimes contra a humanidade*) e negam todos os direitos que os trabalhadores foram conquistando ao longo de séculos. Este Tratado Orçamental ilustra bem o que é a *ditadura do grande capital financeiro*.

O modo como foi aprovado este estranho tratado (conhecido como *tratado orçamental*) mostra que os fiéis do “pensamento único euro-beato” (Jacques Généreux) não hesitaram em avançar na cruzada da construção da *Europa do capital* através de um verdadeiro “golpe de estado europeu” (R.-M. Jennar), que vem minar ainda mais a já débil estrutura democrática de funcionamento da UE, prosseguindo a tarefa de esvaziar as competências dos órgãos politicamente legitimados pelo sufrágio universal, confiando-as às instâncias tecnocráticas da União.

Apesar disso, os ‘chefes’ decidiram que tal ‘tratado’ não aumenta as competências da UE, pelo que entrará em vigor através do *procedimento simplificado*, logo que ratificado por doze dos 25 países que o subscreveram. Os ‘donos da Europa’ fazem questão de continuar, na mesma via anti-democrática, a edificar uma *Europa imperialista*, ao sabor dos interesses do grande capital financeiro, o contrário de uma Europa assente na *cooperação* entre estados-membros com estatuto de igualdade, na *participação democrática* dos cidadãos europeus na definição do seu futuro, respeitadora dos direitos e da *dignidade* dos trabalhadores, dos povos e dos estados da Europa.

Se a estes procedimentos acrescentarmos o conteúdo deste *Tratado Orçamental*, sobram razões para recear que ele represente um passo novo no processo de desvalorizar os fundamentos da democracia no quadro europeu, favorecendo o desenvolvimento de condições que ponham em causa não só a democracia mas também a paz na Europa.

No *Preâmbulo* fazem-se algumas considerações pias, falando dos objetivos do crescimento económico, do emprego e da coesão social. Mas as medidas previstas não têm nada que ver com esta agenda.

O chamado *Tratado Orçamental* vem transformar em lei o *princípio das finanças sãs*:

1) as contas públicas devem apresentar-se equilibradas ou excedentárias, não se admitindo que vá além de 0,5% do PIB o chamado *défice estrutural* (défice corrigido das variações cíclicas e líquido de medidas extraordinárias e temporárias);

2) esta '*regra de ouro*' do *equilíbrio* orçamental deve passar a constar de disposições legais vinculativas e de carácter permanente, de preferência a nível constitucional;

3) os estados com dívidas excessivas (superiores a 60% do PIB) ficam obrigados a reduzir a dívida a uma taxa média anual de 5%;

4) caso a Comissão Europeia entenda que um estado-membro da Eurozona caiu em situação de *défice estrutural*, o estado em causa terá de aplicar *automaticamente* um *mecanismo de correção*, ficando afastada qualquer possibilidade de intervenção dos parlamentos nacionais, para autorizar tal mecanismo ou para impedir o Governo de o executar;

5) os estados-membros que não cumpram estas disposições ficarão, sem mais, sujeitos à aplicação de sanções pelo Tribunal de Justiça da União Europeia, passando por cima dos tribunais nacionais.

O TCEG consagra ainda:

- a obrigação dos estados-membros de sujeitar as reformas significativas de política económica a *debate prévio* (não por parte dos cidadãos desses países, mas por parte das instâncias da UE) e, quando adequado, à *coordenação* entre elas, no quadro das instituições comunitárias;

- a obrigação dos estados que ultrapassem os limites estabelecidos para o *défice público* e para a *dívida pública* de submeter à Comissão e ao Conselho um *programa de reformas estruturais obrigatórias* (traduzindo: um programa de privatizações, enquanto

houver ‘matéria-prima’; alterações no sentido da flexibilização da legislação laboral; medidas de estrangulamento dos sistemas públicas de segurança social, de saúde e de educação);

- a obrigação das partes de comunicarem previamente ao Conselho e à Comissão Europeia os respetivos planos de emissão de dívida pública;

- o direito da Comissão a analisar, antes de eles serem submetidos aos parlamentos nacionais, os orçamentos dos estados-membros.

Sem o mínimo pudor, o ‘tratado’ não resiste à tentação de legislar aquilo que sabe não corresponder à verdade: “o mecanismo de correção previsto respeita integralmente as prerrogativas dos parlamentos nacionais”. Sem qualquer recato, o ‘tratado’ vem atribuir novas competências à Comissão Europeia e ao TJUE (que são instituições da UE), apesar de tal ‘tratado’ não ser subscrito por alguns estados-membros da UE.

São condições verdadeiramente intoleráveis, que não podem deixar de “corroer qualquer credibilidade democrática.”<sup>35</sup>

**18.** - O processo de integração europeia tem sido, na leitura de Habermas, um processo de “expropriação das entidades soberanas democráticas por poderes executivos”, processo que Frédéric Lordon classificou como uma “gigantesca operação de subtração política (...), de subtração de soberania popular”, que “é tão somente o outro nome da própria democracia”, pelo que “a negação da soberania é mesmo a negação da democracia na Europa.”<sup>36</sup>

Os órgãos do poder político eleitos pelo voto democraticamente expresso dos cidadãos já hoje são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt): não podem decidir sobre a emissão de moeda; não podem desvalorizar a moeda; dependem dos “mercados” para se financiar (como uma qualquer *pessoa* ou empresa – uma verdadeira ‘privatização’ dos estados-membros da zona euro); não podem fixar e controlar as taxas de juro; não podem optar por um determinado nível de inflação que possa ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

Ignorando que a raiz dos problemas está, como se torna cada vez mais claro, na natureza e na estrutura desta *Europa do capital*, este *Tratado Orçamental* dá mais um

---

<sup>35</sup> Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 165/166.

<sup>36</sup>Cfr. F. LORDON, “Sair do euro...”, *cit.*, 12.

passo no sentido da acentuada diminuição da já reduzida democraticidade de funcionamento da UE. O ‘governo’ dos países mais fracos passa para as mãos de *órgãos executivos* constituídos por burocratas que escapam ao controlo democrático, prosseguindo o processo de substituição da *política* (e da *prestação de contas* que lhe é inerente em democracia) pela aplicação mecânica e cega de *regras* (verdadeiros *dogmas* indiscutíveis, como é próprio dos dogmas) plasmadas neste e nos demais Tratados estruturantes da UE, todos praticamente petrificados, imutáveis, aspirando à eternidade.

Este *Tratado* é fruto da arrogância das autoridades da UE e dos países dominantes no seio da UE, que se recusam a ter em conta as críticas feitas às deficiências estruturais da UEM (que a presente crise tornou visíveis a olho nu), persistindo em negar o que Paul Krugman considera “o fracasso de uma fantasia.”<sup>37</sup> Só esta atitude de ‘negação’ explica que se insista no erro de impor as *mesmas regras* (saídas da cabeça de tecnocratas iluminados e muito sensíveis aos interesses do grande capital financeiro) a países com situações e com histórias completamente diferentes, ignorando que a política não pode reduzir-se à *aplicação mecânica de regras iguais para todos*.

Os seus mentores continuam a pensar que a *crise do euro* (a *crise da ‘Europa’*) não tem nada que ver com a *crise do capitalismo* que teve início em 2007/2008, imputando as *culpas* da ‘crise’ aos *povos do sul*, acusados de viver acima das suas posses. Só assim se compreende que toda a sua lógica assente na condenação dos ‘pecadores’ por ‘pecados’ que não cometeram, impondo-lhes *programas de austeridade perpétuos* que destroem as suas economias, põem em causa as regras do estado de direito democrático e minam as bases da sua soberania.

Um dos dogmas do monetarismo neoliberal é o da *morte da política económica* (a *morte da política*, sem mais). Porque as *leis naturais do mercado* (a reinventada *mão invisível*) resolvem tudo sem erro possível, para além do justo e do injusto, e porque os agentes económicos privados dispõem da mesma informação do estado, o que lhes permite antecipar as medidas de política económica e os seus efeitos e agir como *agentes económicos racionais*, adotando comportamentos que anulam os efeitos das políticas públicas, tornando-as *neutras* em relação à economia, e por isso *desnecessárias* (é a *teoria das expectativas racionais*, a fina flor do monetarismo).

Em conformidade com estes pontos de vista, o *Tratado Orçamental* e as suas ‘regras’ impedem os estados em situação de recessão económica e de desemprego

---

<sup>37</sup> Cfr. P. KRUGMAN, “Quando...”, cit.

generalizado de adotar *políticas ativas anti-cíclicas*, apoiadas em investimentos públicos que promovam o investimento privado e a criação de riqueza e de emprego e em políticas sociais que estabilizem a procura interna das famílias e evitem, deste modo, a falência de muitas pequenas e médias empresas e o conseqüente aumento do desemprego.

Como Habermas sublinha, nos termos deste *Tratado*, “os chefes de governo comprometeram-se a implementar nos seus respectivos países um catálogo de medidas a nível da política financeira, económica, social e salarial que, na realidade, seriam da competência dos Parlamentos nacionais (ou dos parceiros sociais).”

Por outro lado – continuo a acompanhar Habermas –, “o direito da Comissão a analisar *atempadamente*, portanto antes das decisões dos Parlamentos, os orçamentos dos estados-membros” “afeta competências fundamentais dos estados-membros e dos seus Parlamentos”, o que traduz “a arrogância de criar um precedente eficaz”. Para os cidadãos dos estados-membros (especialmente os mais fracos), fica a suspeita de “os seus governos nacionais serem apenas atores no palco europeu” e de os parlamentos nacionais “se limitarem a aprovar obedientemente (...) as decisões prévias tomadas noutra lugar.”

Ainda segundo este *Tratado*, os países (os mais fracos, claro) ficam sujeitos, em caso de incumprimento das suas ‘regras’, a *sanções automáticas*, aplicadas pela ‘eurocracia’, sem necessidade de qualquer votação (atualmente, as sanções têm que ser aplicadas por voto da maioria qualificada do Conselho Europeu que represente pelo menos 2/3 dos estados-membros e 62% da população da UE). E ficam ainda sujeitos a ‘penas’ aplicadas diretamente pelo TJUE, ignorando os tribunais dos estados-membros, que são *órgãos de soberania* em cada um dos países.

A ‘filosofia’ do ‘pacto orçamental’ assenta na ideia de que os problemas radicam essencialmente nos défices das contas públicas. ‘Esquece’ que os problemas da Eurozona são *problemas do euro* e têm a sua raiz na estrutura da UEM, nos défices comerciais dos países em dificuldade (que alimentam os saldos positivos da Alemanha) e nas dívidas da banca e das grandes empresas privadas. ‘Esquece’ também que, em todos os países devedores, os problemas relacionados com o défice público e com a dívida pública (melhor, da *dívida externa, pública e privada*) ganharam relevo, em boa parte, como ‘efeitos colaterais’ do *crime sistémico* (verdadeira marca de água do

capitalismo mundial) e aumentaram por efeito da crise e do tratamento que foi imposto aos ‘pecadores’.

Para que serve, afinal, este dramático *Tratado Orçamental*? Alguém acredita que a Alemanha (ou a França, e mesmo a Itália, a Espanha e até a Polónia) submeta as suas políticas económicas a debate prévio e à coordenação com as de outros países, no quadro das instituições comunitárias, passando por cima dos parlamentos nacionais? Alguém concebe que a Alemanha (ou a França e outros países da UE) sofram algum dia as consequências do referido mecanismo automático de correção? Quem esquece que a Alemanha, tão rigorosa para com os ‘povos inferiores’, foi o primeiro estado-membro a violar, grosseira, ostensiva e impunemente o Pacto de Estabilidade e Crescimento? Alguém pode acreditar que o Tribunal Constitucional alemão deixe que seja a Comissão Europeia a decidir sobre o orçamento da Alemanha, matéria que é da competência do Parlamento alemão? De todo o modo, não é crível que os países mais fortes (os atrás referidos) aceitem submeter-se a esta indignidade. Os visados são, é claro, os ‘bárbaros do sul’.

Se vier a ser aplicado, este *Tratado Orçamental* será uma ‘lei de funil’.

**19.** – Em declaração pública, o Primeiro-Ministro britânico afirmou que este tratado traduz o propósito de *tornar ilegal o keynesianismo*. E a verdade é que ele tem razão, embora não se perceba tal preocupação por parte de um neoliberal assumido. De resto, esta ideia de ‘matar’ Keynes está na raiz do processo de integração europeia, logo no Tratado de Roma, em 1957, em pleno apogeu do keynesianismo.<sup>38</sup>

Creio, porém, que é necessário ir mais longe. Porque o que está em causa, verdadeiramente, é a *ilegalização da democracia*, num *Tratado* que transforma em normas jurídicas (que ‘constitucionaliza’) pontos de vista doutrinários em matéria de política económica. Com efeito, a *regra de ouro das finanças sãs* (que, até há poucos anos, todos os manuais ridicularizavam...), bem como outras constantes dos Tratados estruturantes da UE (a regra da independência dos bancos centrais, os requisitos do PEC, etc.), são meras sínteses das *opções políticas* do grande capital financeiro, as opções que têm servido de base à *política de globalização neoliberal*, transformadas, como que por magia, em *normas jurídicas*, de nível ‘constitucional’, aprovadas sem ouvir o povo soberano.

---

<sup>38</sup> Cfr. o meu livro *A Constituição Europeia...*, cit., 132. O Tratado de Maastricht significou um passo de gigante nesse sentido.

Na minha leitura, estas *regras (normas-travão)* são as *regras do jogo* impostas à economia real e aos cidadãos pelo setor dominante da classe dominante do *capitalismo de casino* e visam garantir que os eleitos para cargos políticos (nos parlamentos ou nos governos) não tenham a veleidade de pretender honrar o mandato popular que receberam dos seus eleitores, prosseguindo políticas que não respeitem as *regras do jogo*. A mensagem que se quer fazer passar para os cidadãos da ‘Europa’ é clara: podem eleger partidos de direita ou partidos de esquerda, mas aqueles que forem eleitos ficam impedidos de respeitar aquele mandato, amarrados que estão por estas *regras* decorrentes do figurino neoliberal.

**20.** - A famosa *Regra de Friedman* é a ilustre antepassada de todas as *regras de ouro* consagradas nos Tratados da UE. Ela traduz a tese segundo a qual os países deveriam ser privados da capacidade de emitir moeda discricionariamente, segundo a análise política feita pelos órgãos competentes do poder político democrático, para prosseguir objetivos políticos definidos por estes mesmos órgãos. Esta capacidade de decisão política deveria ser substituída por uma *regra* (desejavelmente de natureza constitucional), nos termos da qual o banco emissor só deveria emitir moeda nova em medida igual à da taxa de crescimento do produto, acrescida de uma margem de 2%/3%. Nunca ninguém levou a sério esta proposta de Milton Friedman. Em vida, as suas teorias foram submetidas à prova da realidade, e muitos autores concluíram que elas estavam erradas (alguns acusaram-no mesmo de viciar dados estatísticos). Depois de morto, talvez o professor de Chicago comente: a vingança serve-se fria...

A imposição *destas regras* visa tornar imperativas, para todos os governos, as famosas *reformas estruturais* (que, em todos os ‘púlpitos’, os ‘teólogos’ do neoliberalismo declaram essenciais para a ‘salvação do mundo’). São reformas contra os trabalhadores e a favor do capital, que combatem os desempregados em vez de combater o desemprego e, muito menos, de promover o pleno emprego.

Porque os interesses e a ideologia dominantes não querem estas políticas. Um antigo ministro espanhol da economia confessa isto mesmo (em 1996) num livro em que analisa a sua experiência em um Governo do PSOE: “a redução do desemprego, longe de ser uma estratégia de que todos sairiam beneficiados, é uma decisão que, se fosse levada à prática, poderia acarretar prejuízos a muitos grupos de interesses e a

alguns grupos de opinião pública.”<sup>39</sup> Quer dizer: as políticas ativas de combate ao desemprego e de promoção do emprego não são levadas a sério porque o *desemprego interessa a muitos grupos de interesses*, os interesses ligados ao grande capital, que, enfraquecendo os trabalhadores e as suas organizações, podem reforçar as condições da sua exploração.

Esta problemática foi abordada, do ponto de vista teórico, por Michael Kalecki num lucidíssimo ensaio publicado há setenta anos (1943), no qual analisa os *aspectos políticos do pleno emprego*. Dada a sua atualidade, vale a pena recordar as linhas gerais da tese defendida pelo economista polaco.<sup>40</sup>

Em moldes semelhantes aos de Keynes, Kalecki admite que as economias capitalistas podem garantir o pleno emprego, desde que o estado leve a cabo políticas ativas com esse objetivo, baseadas em *despesas de investimento* em áreas que não concorram com os investimentos privados (escolas, hospitais, rede viária, etc.) e em despesas que se traduzam em apoios ao *consumo de massa* (transferências para as famílias, diminuição dos impostos sobre o consumo, subsídios para manter baixos os bens de primeira necessidade...), despesas que devem ser financiadas através do recurso ao crédito e não com receitas provenientes dos impostos.

Sendo óbvio que as situações de pleno emprego beneficiam não apenas os trabalhadores mas também os empresários (as vendas aumentam e os lucros também, sem aumentarem os impostos), importa esclarecer as razões que levam o capital (e os ‘especialistas’ ao seu serviço) a opor-se tão terminantemente às políticas de pleno emprego. Kalecki enuncia três ordens de razões: 1) o capital não gosta que o estado intervenha no problema do emprego enquanto tal; 2) não gosta também do tipo de despesas públicas envolvidas (investimento público e subsídios ao consumo); 3) não gosta, sobretudo, das consequências sociais e políticas que são de esperar da *manutenção de situações estáveis de pleno emprego*.

O pensamento liberal sempre viu com maus olhos a ‘intervenção’ do estado na economia. Mas é particularmente agressiva a oposição do capital às *políticas ativas de criação de emprego*, com o objetivo de promover o *pleno emprego*. E a razão é esta. Numa economia ‘separada’ do estado, confiada à *mão invisível*, os liberais defendem que tudo depende do *nível de confiança* dos empresários-investidores relativamente ao rumo dos negócios ditado pelas ‘leis do mercado’. Se este dogma não for posto em

---

<sup>39</sup> Apud V. NAVARRO, J. LÓPEZ, e A. ESPINOSA, *ob. cit.*, 83/84.

<sup>40</sup> Ver M. KALECKI, *ob.cit.*

causa, o capital goza de grande poder de controlo sobre as políticas públicas, invocando sempre que o melhor é o estado deixar correr (o velho *laissez-faire*...), porque qualquer ação sua pode afetar negativamente o *nível de confiança* dos empresários, provocando a diminuição do investimento privado, da produção e do emprego.

Daí o perigo, para o capital, das políticas ativas de pleno emprego: elas põem em causa aquele *dogma* e anulam este *poder de controlo*.

O capital receia também que o estado ‘tome o gosto’ pelo investimento e comece a nacionalizar alguns setores da economia, como os transportes e os serviços públicos em geral, o que permitiria colocá-los ao serviço do objetivo de apoiar o consumo de massa.

Acresce que, segundo a ‘ética capitalista’, cada um deve ganhar o pão com o suor do seu rosto (a não ser que seja rico...), o que justifica o anátema lançado sobre este tipo de subsídios (conformes à lógica keynesiana de fortalecer e estabilizar a *procura efetiva* das famílias), que alimentam a *preguiça natural das classes trabalhadoras* (*slogan* classista que se vem mantendo desde o século XVIII até hoje).

Mas o perigo maior, para o capital, é o que advém das políticas que visam *manter situações estáveis de pleno emprego*, apesar de, nas situações de pleno emprego, serem de esperar lucros mais elevados para as empresas. O perigo reside em que as situações referidas provocam alterações sociais e políticas (aumento da autoconfiança e reforço da consciência de classe por parte dos trabalhadores) que anulam a importância estratégica dos *despedimentos* como arma capaz de impor a disciplina nas empresas e de garantir a vitória da parte mais forte nas relações industriais. Nas palavras de Kalecki, “a *disciplina nas empresas* e a *estabilidade política* são mais apreciadas pelos homens de negócios do que os lucros”, porque “o seu instinto de classe lhes diz que o pleno emprego duradouro é algo de perverso e que o desemprego é uma parte integrante do sistema capitalista ‘normal’.”<sup>41</sup>

À luz destas considerações, pode compreender-se que, mesmo durante os anos da Grande Depressão, o grande capital se tenha oposto sistematicamente às políticas ativas de criação de emprego, tanto nos EUA (*New Deal*), como na França do Governo da *Frente Popular* e até na Alemanha antes da tomada do poder pelo partido nacional-socialista. Só no quadro do fascismo esta posição do grande patronato deixou de manifestar-se. Michael Kalecki observou, a propósito, que uma das importantes funções

---

<sup>41</sup> Cfr. M. KALECKI, *ob. cit.*, 425.

do nazi-fascismo foi precisamente a de “remover as objeções capitalistas ao pleno emprego”. Com o fascismo, desapareceu o medo das despesas públicas, porque o estado era uma espécie de ‘sociedade’ entre o partido fascista e o *Big Business* e porque uma grande parte das despesas públicas eram despesas militares (em armamento e na máquina de guerra). Por outro lado, o aparelho repressivo do estado fascista garantia a *disciplina nas empresas* e a *estabilidade política*: “a pressão política substitui a pressão económica do desemprego.”

Deixando de lado as situações de *fascismo declarado*, a ideologia (neo)liberal e o grande capital continuam a opor-se às políticas keynesianas de pleno emprego, sustentando, com base no dogma do *desemprego voluntário*, que a solução está em fazer desaparecer as *imperfeições do mercado* (liberdade sindical, contratação coletiva, salário mínimo garantido, subsídio de desemprego, direitos sociais dos trabalhadores, sistema público de segurança social), confiando nas ‘leis do mercado’ para conseguir situações de equilíbrio com pleno emprego em todos os mercados. É o *fascismo de mercado*, assente no reforço do que Bourdieu chamou a *mão direita do estado* (o seu aparelho repressivo) e amputando a sua *mão esquerda* (educação, ciência, cultura, saúde, segurança social), a *mão que semeia o futuro*.

Os que, dentro das hostes neoliberais, vão mais longe, admitem que o estado tome medidas para *reduzir o desemprego* em situações de crise grave (social e politicamente perigosas), mas continuam a rejeitar *políticas ativas* que visem o *pleno emprego* e a sua manutenção. E, mesmo quanto àquelas medidas, defendem que elas não devem orientar-se para o *investimento público* nem para o apoio ao *consumo de massa*, devendo antes ser *medidas de estímulo ao investimento privado* (baixa das taxas de juro, redução do imposto sobre as pessoas coletivas, redução das contribuições patronais para a segurança social, subsídios a fundo perdido ao investidores, flexibilização da legislação laboral...). O estado deve limitar-se a oferecer dinheiro e condições favoráveis para que o capital privado continue dono e senhor da economia e da vida dos trabalhadores.

A requentada *regra de ouro do equilíbrio orçamental*, a menina dos olhos do discurso neoliberal e ponto forte do perigoso *Tratado Orçamental*, tem aqui a sua explicação. Nenhum argumento teórico a justifica. Ela é uma pura decorrência dos dogmas da *ideologia dominante*, a ideologia que serve os interesses da *classe dominante*. “A função social da doutrina das *finanças sãs* – escreve Kalecki – é tornar o nível de emprego dependente do *nível de confiança*”, ou seja, é impedir que o estado

adote *políticas ativas* de combate ao desemprego e, sobretudo, de promoção do crescimento e do emprego, porque tais políticas, segundo a confissão do ministro espanhol atrás citado, “poderiam acarretar prejuízos a muitos grupos de interesses e a alguns grupos de opinião pública” (os ‘especialistas’ e os fazedores de opinião pagos para defender a ‘boa doutrina’, a ‘verdade verdadeira’ dos dogmas ditados e impostos pelo grande capital financeiro).

Pela minha parte, a presente crise do capitalismo e o comportamento dos poderes políticos do capitalismo, privilegiando políticas que agravam a crise e multiplicam o desemprego, declarando guerra aos desempregados em vez de combater o desemprego, vieram reforçar a razão desta observação de Michael Kalecki, datada de 1943: “A luta das forças progressistas a favor do pleno emprego é ao mesmo tempo um modo de *prevenir* o regresso do fascismo.”<sup>42</sup>

**21.** - Um dos ministros do governo de François Hollande (Benoît Hamon) confessou, numa entrevista, a sua “impressão de que uma política de esquerda ou de direita apenas doseia de forma diferente os mesmos ingredientes.”<sup>43</sup> É o preço a pagar por quem assumiu, com ‘grande sentido de estado’, a responsabilidade da *gestão leal do capitalismo*. Lembra a ‘história’ que se conta de Henry Ford dirigindo-se aos compradores dos seus automóveis: podem escolher qualquer cor, desde que seja a preta.

Os órgãos do poder político eleitos pelo voto democraticamente expresso dos cidadãos são pouco mais do que marionetas comandadas a partir de Bruxelas ou de Frankfurt (ou a partir de Berlim, via Bruxelas e Frankfurt): não podem decidir sobre a emissão de moeda; não podem desvalorizar a moeda; dependem dos “mercados” para se financiar (como uma qualquer *pessoa* ou empresa – uma verdadeira ‘privatização’ dos estados que integram a zona euro); não podem fixar e controlar as taxas de juro; não podem optar por um determinado nível de inflação que possa ajudar o crescimento económico; não podem decidir sobre o nível da despesa pública, sobre o montante do défice das contas públicas ou sobre a dimensão da dívida pública.

Mais uma vez por portas travessas, este *Tratado* visa, fundamentalmente, consagrar (‘constitucionalizar’) o *neoliberalismo* e as *políticas de austeridade para todo o sempre*, tornando o crescimento impossível para muitos países. Ora, sem desenvolvimento económico faltarão as receitas indispensáveis para o *investimento no*

---

<sup>42</sup> Cfr. M. KALECKI, *ob. cit.*, 423 e 430.

<sup>43</sup> Ver jornais de 9.4.2013.

*futuro* (os investimentos estratégicos na educação, na saúde, na investigação científica, na segurança social, nos transportes públicos, na habitação social e em todos os serviços públicos associados à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentado). Estes direitos (constitucionalmente consagrados) transformar-se-iam em um luxo inacessível aos povos ‘colonizados’. Países como Portugal (e os ‘países do sul’) sofreriam um brutal *retrocesso civilizacional*, vendo inviabilizada a sua capacidade de desenvolvimento autónomo. E sem desenvolvimento não há democracia e a paz fica ameaçada. Uma Europa de servos nunca poderá ser uma Europa de desenvolvimento e de paz.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> Como mostrou o filósofo e historiador português António Sérgio, a burguesia portuguesa foi sempre, historicamente, uma *burguesia parasita*, incapaz de realizar o papel de classe dinamizadora da acumulação do capital, que lhe coube nos países que passaram por revoluções burguesas a sério. No nosso país, a burguesia sempre viveu de *rendas*, as rendas fáceis de uma qualquer *Índia*, quer a Índia propriamente dita (que proporcionou a riqueza do comércio das especiarias), quer o Brasil (e o ouro que de lá veio, e os escravos africanos que para lá foram levados), quer as colónias africanas. Mais recentemente, as *rendas* resultantes dos fundos da CEE/UE (antes, da Europa já tinham vindo, aos milhões, as remessas dos emigrantes), as *rendas* da especulação bolsista e da especulação imobiliária, as *rendas* resultantes das posições monopolistas dos grupos económicos nos setores de bens não-transacionáveis (distribuição, energia, comunicações, obras públicas...), as *rendas* das parcerias público-privadas, as *rendas* da corrupção institucionalizada...

Em países como Portugal, o objetivo do crescimento e do emprego exige, pois, *reformas estruturais* radicalmente diferentes das que decorrem do breviário neoliberal, reformas que passam pela alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; pela flexibilização das regras ‘estúpidas’ e ‘medievais’ do PEC; pela alteração do estatuto do euro; pela utilização da capacidade de financiamento do BEI; pela ampliação do orçamento comunitário; pelo reforço e facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; pelo cumprimento das regras do jogo por parte dos países com saldos positivos das suas balanças de pagamentos; pelo combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; pelo controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino; pela colocação da banca ao serviço da economia; pelo aumento dos salários e pela garantia dos direitos dos trabalhadores; pelo reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia; pelo aumento do investimento do estado, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional; pelo apoio às pequenas e médias empresas e às empresas exportadoras, às atividades da pesca e da agricultura; pelo apoio ao emprego dos jovens, para evitar que continue a hemorragia emigratória de jovens (sobretudo de jovens qualificados, cuja formação pagámos), ao ritmo de cem mil por ano (*é o futuro a emigrar de Portugal*).

Ora, como se disse, o *Tratado Orçamental* impõe, entre outras medidas, um limite máximo de 0,5% do PIB para o défice das contas públicas, acrescentando a esta exigência a obrigação de os estados com dificuldades financeiras reduzirem a dívida a uma taxa média anual de 1/20. Segundo os cálculos da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (organismo que assessora a Assembleia da República), a meta de reduzir a dívida pública para valores próximos de 60% do PIB em vinte anos só poderá ser alcançada se o PIB crescer a uma taxa de 4% ao ano e as contas públicas apresentarem um saldo primário positivo de cerca de 3,5%. Ninguém acredita que tal seja possível, uma vez que, depois deste período de dura austeridade, em 2013 o país continua a ver o PIB diminuir, o saldo primário permanece negativo e a dívida pública aumentou para 130,9% do PIB (julho/2013).

As exigências do *Tratado Orçamental* configuram, pois, um garrote eficaz para pressionar estes estados a cortar drasticamente nas despesas sociais (educação, saúde, segurança social), com a consequente destruição do estado social, aumento da desigualdade e da pobreza, destruição do mínimo de coesão social e consequente destruição da comunidade social em que assenta a soberania.

Em Portugal, qualquer estratégia de desenvolvimento só será viável se por detrás dela estiver um estado radicalmente diferente daquele que pretende o *Tratado Orçamental*, um estado dotado dos meios indispensáveis para promover as referidas *reformas estruturais*, um estado capaz de garantir a *subordinação do poder económico-financeiro ao poder político democrático*, como manda a CRP.

Como tudo o que de relevante vem acontecendo na UE desde Maastricht, este Tratado é “um modelo político de marca alemã”, que tem de ser visto não como a proposta de uma “Alemanha cooperante”, mas como a afirmação de “uma clara pretensão de liderança” por parte da Alemanha numa “Europa marcada pelos alemães”, de uma Alemanha que parece ter perdido “a consciência de uma herança histórico-moral comprometedora” que, durante alguns anos após a 2ª Guerra Mundial, ditou uma atitude de “moderação diplomática e disponibilidade para adotar também as perspectivas dos outros.”<sup>45</sup>

Este Tratado e o radicalismo que ele traduz são o fruto maduro da política de uma Alemanha que, perante as dificuldades, ‘aconselha’ os gregos a vender o Parthénon e as ilhas do Mar Egeu, e os portugueses a embarcar na “jangada de pedra” (tomando o título de uma livro de José Saramago) e rumar até ao Brasil... Agravando o adquirido anterior, ele perfila-se como um verdadeiro *pacto colonial* imposto pelos ‘arianos’ do norte aos ‘bárbaros’ do sul, incapazes de autogoverno. Talvez melhor: um ‘pacto’ imposto pelo grande capital financeiro e pelos estados e outras instâncias do poder político ao seu serviço – a *ditadura do grande capital financeiro* – à grande massa dos que, em todo o mundo, vivem do seu trabalho.

Trata-se de um *pacto* através do qual as elites políticas das ‘metrópoles’ e das ‘colónias’, continuando a “enterrar a cabeça na areia” (Habermas), se conluiam para impedir a participação dos cidadãos europeus no governo da ‘cidade’ e nas decisões sobre o seu destino, impondo aos povos dos países mais fracos, sem os consultar, a sua própria *colonização* e o seu próprio *subdesenvolvimento*. Como nos tempos da Antiguidade, em que os devedores que não podiam saldar as suas dívidas eram reduzidos à escravidão.

**22.** - Depois do debate suscitado, sobretudo na França, durante o período que antecedeu o referendo sobre a chamada constituição europeia e tendo em conta os resultados desastrosos das políticas neoliberais adotadas para combater a crise pela Comissão Europeia e pelo BCE, sob a batuta da Alemanha, seria de esperar que, desta vez, ao menos na França, os socialistas viessem dizer que o *Tratado Orçamental* devia ser pura e simplesmente posto de lado, porque a ‘regra de ouro’ e outras ‘regras’ que ele contém arrastam consigo um entrave estrutural ao desenvolvimento da Europa e

---

<sup>45</sup> Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 73 e 163-169.

condenam os países mais débeis ao ‘subdesenvolvimento’ e a um verdadeiro estatuto colonial.

Esta expectativa foi alimentada pelo facto de o candidato François Hollande ter prometido durante a campanha eleitoral para a Presidência da República declarando que o seu ‘inimigo’ era o sistema financeiro e prometendo que tal *Tratado* não seria aprovado pela França se as políticas de crescimento e de emprego não passassem a ser a primeira preocupação da UE. E a verdade é que, após a eleição de François Hollande para a Presidência da República Francesa pôs-se em marcha uma nova operação de propaganda ideológica, cuja música de fundo tem como nota dominante a afirmação de que o crescimento e o emprego vão passar a estar na ordem do dia das políticas da UE.

Alguns poderão ter esperado que Hollande e o seu Governo viessem dizer que o *Tratado Orçamental* devia ser pura e simplesmente posto de lado, porque a ‘regra de ouro’ e outras ‘regras’ que ele contém constituem um verdadeiro “golpe de estado europeu.”<sup>46</sup>

Puro engano. Se, em Portugal, o PS votou favoravelmente o ‘pacto’ na Assembleia da República dizendo que o fazia com absoluta paz na consciência (embora gostasse de ver uma adenda sobre o crescimento e o emprego...), também os deputados socialistas franceses o votaram na Assembleia Nacional, talvez nem todos em paz com a sua própria consciência, mas pressionados por Hollande, como bom seguidor da *religião TINA (There IS No Alternative)* fundada pela Sr<sup>a</sup> Thatcher...

Menos terão esperado, certamente, que Hollande viesse dizer: a política de promoção do crescimento e do emprego vai assentar na alteração do estatuto esquizofrénico do BCE; na utilização da capacidade de financiamento do Banco Europeu de Investimento; no reforço e na facilitação do acesso aos fundos estruturais da UE; na subordinação do poder económico e do poder financeiro ao poder político democrático; no combate ao *dumping fiscal* no seio da UE; no estímulo a políticas que garantam o controlo pelo estado da poupança nacional e do seu destino, que coloquem a banca ao serviço da economia, que promovam o aumento dos salários e garantam os direitos dos trabalhadores, que permitam o reforço do papel do estado em setores estratégicos da economia e o aumento do investimento público, nomeadamente em infraestruturas e nos setores da investigação científica, da educação e da formação profissional.

---

<sup>46</sup> Assim, R.-M. JENNAR, *ob. cit.*

Estas deveriam ser as verdadeiras *reformas estruturais* e não aquelas de que sempre nos falam quando pensam em esvaziar os direitos inerentes ao sistema de segurança social, em asfixiar a escola pública e o serviço público de saúde, em anular a contratação coletiva, em baixar os salários, em aumentar a precariedade do emprego, em facilitar os despedimentos, em reduzir o montante do subsídio de desemprego e o prazo durante o qual é pago.<sup>47</sup>

E, descontadas as operações de *marketing* destinadas à diferenciação dos ‘produtos’ apresentados no mercado dos votos, muito poucos terão esperado que o Governo de Hollande fizesse assentar a ‘política de austeridade’ no combate à corrupção, à fuga ao fisco e à fraude fiscal; no encerramento dos *paraísos fiscais*; na tributação das transações financeiras e dos ganhos especulativos, enfim, na “eutanasia do rendista” (de que falava Keynes), pondo termo a todas as *rendas* de que vive o capital financeiro.

Pierre Moscovici – que era vice-presidente do *Cercle de l’Industrie* (organização que representa os principais grupos industriais franceses) antes de ser diretor de campanha de Hollande, Ministro da Economia e das Finanças do Governo francês, e, agora, Comissário Europeu – teve o cuidado de esclarecer, durante a campanha eleitoral, que, se Hollande ganhasse as eleições, os défices públicos seriam reduzidos a partir de 2013, aquém de 3% do PIB, “custe o que custar”. E é claro que está a custar aos trabalhadores franceses mais recessão, mais desemprego e mais cortes no estado social.

Como sublinha Perry Anderson, uma vez eleito, François Hollande tornou-se “o intendente francês” do “sistema neoliberal europeu”, pelo que esperar dele “um pouco mais de independência económica ou estratégica já será uma vitória da esperança sobre a experiência.”<sup>48</sup> A *experiência*, porém, parece estar a confirmar-se, à custa da *esperança*. O Presidente François Hollande comportou-se como vêm fazendo há anos os políticos e os partidos burgueses (que se auto-intitulam do “arco da governação”): fez exatamente o contrário do que tinha prometido ao povo francês que o elegeu, ‘obrigando’ os deputados socialistas a aprovar o referido tratado na Assembleia Nacional.

---

<sup>47</sup> Em Portugal, apenas cerca de 34,5% dos trabalhadores desempregados recebem subsídio de desemprego: mais de 500 mil trabalhadores desempregados não recebem qualquer subsídio.

<sup>48</sup> Cfr. P. ANDERSON, *ob. cit.*

É uma ‘solução’ digna da “esquerda choramingas”, a ‘esquerda’ que lamenta, com uma lágrima ao canto do olho, as desigualdades e o desemprego, mas leva tudo à conta da *globalização incontornável* (sempre a ideia de que *não há alternativa...*), recusando-se a identificar as suas causas, para não ter de as combater, e correndo o risco de, por não querer questionar nada, acabar por não entender nada.<sup>49</sup>

23. - Em mais uma operação de propaganda, o Conselho Europeu de 28.6.2012 aprovou, por proposta de Hollande, o *Pacto para o Crescimento e Emprego*. Encerrou com ‘chave falsa’ o espetáculo encenado para fazer de contas que a UE passava a preocupar-se com o crescimento e o emprego. O Tratado Orçamental continua de pé, apesar de ele ser, como disse atrás, um verdadeiro *pacto colonial*, um *pacto de subdesenvolvimento*, incompatível com o crescimento económico e com o crescimento do emprego.

Este *Pacto para o Crescimento e Emprego* não passa de uma *merkolandia*, uma ‘mercadoria’ inventada pela dupla Merkel e Hollande para calar a (má) consciência de Hollande e para ‘legitimar’ o dito *Tratado Orçamental* imposto pela chanceler alemã. É uma simples declaração de intenções, sem qualquer relevância como instrumento dinamizador de uma nova política, que teria de começar pela rejeição do *Tratado Orçamental*, que este novo *Pacto* vem, afinal, legitimar. É um gesto platónico e uma solução caricata, de rematado *non sense*, que põe em causa seriamente a credibilidade das instituições comunitárias e das políticas comunitárias: equivale a dizer que, a partir de agora, a UE e os governos dos estados-membros vão passar todos a pedalar e a travar ao mesmo tempo.

---

<sup>49</sup> A expressão “esquerda choramingas” é de Frédéric LORDON (“A desglobalização...”, cit.), para caraterizar uma ‘esquerda’ que, segundo o autor, não está interessada em pôr em causa o que diz ser uma consequência *inevitável* da ‘globalização’: “a concorrência falseada entre economias com *standards* salariais abissalmente diferentes; a ameaça permanente de deslocalização; o constrangimento acionista que exige rentabilidades financeiras sem limites, de tal forma que a sua combinação opera uma compressão constante dos rendimentos salariais; o desenvolvimento do endividamento crónico das famílias que isso origina; a liberdade absoluta do sistema financeiro para desenvolver as suas operações especulativas desestabilizadoras, neste caso a partir de dívidas contraídas pelas famílias (como no caso dos *subprime*); o sequestro dos poderes públicos, instados a socorrer instituições financeiras enfraquecidas pelas crises recorrentes; o pagamento do custo macroeconómico destas crises pelos desempregados e ainda o seu custo para as finanças públicas pago pelos contribuintes, pelos utilizadores de serviços, pelos funcionários públicos e pelos pensionistas; a subtração aos cidadãos de qualquer forma de controlo da política económica, agora regulada unicamente pelas exigências dos credores internacionais, seja qual for o preço a pagar pelos corpos sociais; a transferência da gestão da política monetária para uma instituição independente, fora de qualquer controlo político.”

Encerrado o tempo da propaganda, com a França e a Alemanha a proclamarem divergências sérias quanto ao rumo da política comunitária em matéria de crescimento e de emprego, o que tal ‘solução’ significa que os governos da França e da Alemanha (e todos os que lhes seguiram os passos) estão irmanados na sua fé neoliberal, que lhes dá força para manter em vigor o *Tratado Orçamental* aprovado em março/2012.

Em suma: ao aprovar este novo *Pacto*, o Conselho Europeu enganou os povos da Europa e criou uma situação ridícula, que não abona a seriedade intelectual e política das instituições comunitárias e das políticas comunitárias.

Tendo em conta o que fica dito, ocorre perguntar: o que está a ser encoberto por detrás de tanto alarido?

Em 1º lugar, o conteúdo vazio das promessas dos dirigentes socialistas europeus de lançar políticas de promoção do crescimento e do emprego.

Em 2º lugar, o firme propósito de *todos* os aparentemente desavindos (os socialistas de Hollande e os conservadores de Merkel) de prosseguir as *políticas de austeridade* ao serviço das *finanças sãs*, com o argumento de que elas são indispensáveis e de que (sempre o velho *slogan* thatcheriano) *não há alternativa* para elas.

Em 3º lugar, a vontade de todos de levar por diante o “golpe de estado europeu”, mantendo de pé e fazer aplicar o *pacto contra o crescimento e contra o emprego*.

Mais grave ainda: por detrás das propostas ‘técnicas’ contidas no ‘pacto’ está uma visão totalitária, que suprime a soberania e a igualdade entre os estados membros da UE (que os Tratados continuam a consagrar) e que aponta para a *colonização* dos pequenos países pelos grandes. Repito: este novo *pacto colonial* encerra, a meu ver, ameaças sérias à democracia e à paz na Europa.

As posições doutrinárias e a prática política dos governos nacionais e das instituições comunitárias justificam inteiramente as preocupações do antigo Presidente socialista do governo de Espanha, Felipe González, que, no início deste ano de 2013, reconheceu os perigos inerentes à *crise da democracia representativa*: “Os cidadãos pensam, com razão, que os governantes obedecem a interesses diferentes, impostos por poderes estranhos e superiores, a que chamamos mercados financeiros e/ou Europa. É perigoso, pois tem algo de verdade indiscutível.”<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> Entrevista ao *Expresso*, 5.1.2013.

24. - Está-se a construir um novo *Leviathan*, invocando, bem vistas as coisas, que os homens e os povos (ou alguns povos do ‘sul’) são incapazes de autogoverno. Daí a necessidade do *Leviathan*, para pôr ordem na casa, moderar os que gostam de viver acima das suas posses, governar o presente e garantir o futuro. Ao fim e ao cabo, é sempre o *Leviathan* ‘justificado’ com a invocação de que *o homem é o lobo do homem*.

Com efeito, nas sociedades que assentam na existência de classes antagónicas e em que, no domínio das relações económicas, “o trabalhador [que só tem de seu a “sua força e habilidade de mãos”] é uma pessoa e o proprietário do capital, que o emprega, é outra pessoa”, o *Leviathan* é sempre necessário para que a classe dominante (a classe exploradora) possa impor à(s) outra(s) classe(s) “os seus próprios termos” (continuando a citar Adam Smith), condição indispensável para preservar o seu estatuto de classe dominante.<sup>51</sup>

As ‘regras’ impostas pelo novo *Leviathan* equivalem, pois, à substituição da *política pelo mercado*, à *negação da política* (e da *liberdade de decisão* que ela pressupõe, com a correspondente *responsabilidade*), à *negação da cidadania* e à *morte da democracia*. É este o papel do *Tratado Orçamental*, ao impor a ‘colonização’ dos mais fracos pelos mais fortes, condenados aqueles ao empobrecimento, despojados dos seus recursos e das suas empresas estratégicas, com a conseqüente destruição do mínimo de coesão social e da comunidade social em que assenta a soberania.

O *Leviathan* dos nossos tempos, enquadrado pela ideologia neoliberal, coloca acima de tudo as *liberdades do capital*, governando segundo as ‘leis do mercado’ (a *constituição das constituições*). O moderno *Leviathan* é “o poder político que já não se separa do poder económico e, sobretudo, do poder financeiro.”<sup>52</sup> É a *ditadura do grande capital financeiro*.

25. - Como em 1848, *anda um espectro pela Europa...*, o espectro da paralisia da UE enquanto entidade jurídica, política e económica.

A atual União Europeia – já o disse – é fruto de uma ‘história’ de que se quiseram tirar os povos da Europa, é a concretização de um projeto que se foi desenvolvendo, até

---

<sup>51</sup> Cfr. *Riqueza das Nações*, I, 176.

<sup>52</sup> Cfr. É. BALIBAR, *ob. cit.*

agora, “à porta fechada”, “ignorando sempre a população”. Não admira, por isso mesmo, que não haja, por parte dos povos da Europa, “a consciência de partilhar um destino europeu comum”. E compreende-se que alguém como Habermas tema que crises como a atual acentuem “a possibilidade real do fracasso do projeto europeu.”<sup>53</sup>

Na tentativa de evitar este “fracasso” e de salvar o capitalismo, o filósofo alemão entende, à maneira de Keynes, que a única alternativa é a de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro”, preservando o “estado de direito social e democrático.”

É um projeto de ambição limitada, embora essencial para salvar a democracia e a paz na Europa. Mas a tarefa não se afigura fácil. Na verdade, como o próprio Habermas reconhece, “o continente europeu submeteu-se ao *Consenso de Washington*”, levando a cabo políticas de “retração do estado” cujos “danos materiais e morais, sociais e culturais” a presente crise só veio acentuar. E – continuando a acompanhar Habermas – a ideologia neoliberal dominante “atribui uma prioridade impiedosa aos interesses dos investidores, aceita com indiferença a desigualdade social crescente, o surgimento de um grupo social em situação de precariedade, de pobreza infantil, salários baixos, etc., esvazia, com o seu delírio de privatizações, as funções fundamentais do Estado, vende o que reste de deliberação na esfera pública a investidores financeiros que maximizam os lucros, faz depender a cultura e a educação dos interesses e dos caprichos de financiadores que dependem das conjunturas económicas.” Em conformidade, as políticas neoliberais (proseguidas por governos conservadores, socialistas, trabalhistas ou sociais-democratas) vêm insistindo, como salienta Habermas, na “privatização do regime de pensões e dos cuidados de saúde, dos transportes públicos, do abastecimento de energia, do sistema penal, dos serviços de segurança militares, de vastos setores da educação escolar [*sic*] e universitária e da entrega da infraestrutura cultural das cidades e comunidades ao empenho e à generosidade de financiadores privados.”

É verdade o que escreveu Ulrich Beck: “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal.”<sup>54</sup> Mas é verdade também que, apesar do descrédito do neoliberalismo no plano teórico e apesar dos resultados calamitosos das políticas neoliberais, que a crise veio revelar e acentuar, a social-democracia europeia não dá quaisquer sinais de pretender arrepiar caminho: continua fiel à tese de que *não há*

---

<sup>53</sup> Cfr. J. HABERMAS, *ob. cit.*, 66, 136, 139, 161 e 167.

<sup>54</sup> Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 111.

*alternativa às políticas de austeridade* e aprova todos os ‘pactos coloniais’ impostos pela Alemanha.

Ora, sendo assim, não se vê como viabilizar o projeto de Habermas de “civilizar e domesticar a dinâmica do capitalismo a partir de dentro.” Na verdade, como o próprio Habermas reconhece, a ‘filosofia’ e as consequências das políticas neoliberais são “difícilmente conciliáveis com os princípios igualitários de um estado de direito social e democrático.” A *Europa neoliberal*, a *Europa do capital* – construída com o apoio ativo dos partidos da social-democracia europeia – não quer um ‘capitalismo keynesiano’, e a sua submissão ao *Consenso de Washington* obriga-a a rejeitar propostas como a de Ulrich Beck: um *novo contrato social europeu*, com mais Europa, mas liberdade, mais segurança social, mais democracia, enfim, “uma nova era social-democrata a nível transnacional.”<sup>55</sup>

26. - É neste quadro que alguns defendem uma espécie de ‘fuga para a frente’, argumentando que o grau avançado de integração económica e (sobretudo) monetária a que se chegou não é sustentável se não se avançar para um nível correspondente de *integração política*, que abranja outras áreas para além da economia. Habermas vai ao ponto de defender que a UE se encontra numa encruzilhada entre “um aprofundamento da cooperação europeia e o abandono do euro.”<sup>56</sup>

Deixando de lado questões mais complexas que não posso abordar aqui e agora, creio que o cerne do problema está na dificuldade em conseguir o “aprofundamento da cooperação europeia” de que fala Habermas. E sem isso não faz sentido qualquer aprofundamento da integração política na Europa.

O que nós sabemos é que as *políticas de austeridade* – impostas por esta ‘Europa’, pelas *troikas*, pelos FMI, pelos *Goldman Sachs*, pelas Comissões Trilaterais, pelos G 20, pelos *Forum Davos*, em suma, pelas centrais do capital financeiro organizado (pelas centrais reguladoras do *crime sistémico*) – “equivalem a um esvaziamento da autodeterminação”, i. é., da capacidade e do direito de cada povo decidir sobre o seu próprio destino coletivo e de os povos da Europa decidirem sobre o destino da Europa. Não admira, por isso, que “a adesão a esta ideia de ‘mais Europa’

---

<sup>55</sup> Cfr. Ulrich BECK, *ob. cit.*, 93ss.

<sup>56</sup> As citações de J. HABERMAS reportam-se à *ob. cit.*, 135-140, 153/154, 157 e 168/16.

seja cada vez mais reduzida nas sociedades dos estados-membros da UE“. A conclusão é de Ulrich Beck.<sup>57</sup>

Segundo o diagnóstico deste famoso sociólogo alemão, todos os povos da Europa estão a ser vítimas da crise financeira e das políticas erradas [*deliberadamente*, pergunto eu?] seguidas para a enfrentar. Mas, em resultado destas políticas (*sem alternativa...*, como repetem incessantemente os arautos do ‘sistema’, para amedrontar os povos, sabendo que *o medo* degrada as pessoas e desmobiliza as vítimas), “os países devedores formam a nova ‘classe baixa’ da UE”, e “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional.” Ulrich Beck tem razão quando sublinha que se tornou ambíguo o significado da cooperação e da integração europeias e sustenta que a principal vítima desta ambiguidade é justamente “esta nova classe baixa da Europa” (os países devedores). “O seu destino – conclui Beck – é incerto: na melhor das hipóteses, federalismo; na pior das hipóteses, neocolonialismo.”<sup>58</sup> Venha o diabo e escolha..., porque, a meu ver, nestes tempos e com esta ‘Europa’, a ‘solução’ federalista não será mais do que uma forma de (ou um caminho para o) *neocolonialismo*. A atual divisão entre o *norte* e o *sul* (os “países devedores”, “a nova classe baixa da UE”) configura já, com toda a clareza, uma situação que configura uma “drenagem unilateral de recursos” (é a linguagem ‘diplomática’ de Étienne Balibar), i. é., uma situação de *colonialismo interno*.

27. - Outro sociólogo alemão, Wolfgang Streek, analisa o processo em curso de “imunização do mercado a correções democráticas.” Na sua ótica, esta imunização pode ser levada a cabo “através da abolição da democracia segundo o modelo chileno dos anos 1970” [opção que entende não estar disponível atualmente], ou então “através de uma reeducação neoliberal dos cidadãos” [promovida pelo que designa “relações públicas capitalistas”, as grandes centrais de produção e difusão da ideologia neoliberal].

E logo explicita quais os expedientes adotados para conseguir o “primado duradouro do mercado sobre a política”: «‘reformas’ das instituições político-económicas, através da transição para uma política económica baseada num conjunto de regras, para *bancos centrais independentes* e para uma *política orçamental imune aos resultados eleitorais*; através da transferência das decisões político-económicas para

---

<sup>57</sup> *Ob. cit.*, 12 e 15.

<sup>58</sup> Cfr. Ulrich BECK, *ob. cit.*, 21 e 64.

*autoridades reguladoras* e para *grupos de 'peritos'*, assim como dos *travões ao endividamento* consagrados nas constituições, aos quais os estados e as suas políticas se devem vincular juridicamente durante décadas, se não *para sempre*.”

O autor refere ainda outros meios ao serviço do mesmo objetivo: “os estados do capitalismo avançado devem ser reestruturados de forma a merecerem duradouramente a confiança dos detentores e dos gestores do capital, garantindo, de forma credível, através de programas políticos consagrados institucionalmente, que não irão intervir na ‘economia’ – ou, caso intervenham, que só irão fazê-lo para impor e defender a *justiça de mercado* na forma de uma remuneração adequada dos investimentos de capitais. Para tal – adverte o autor –, é necessário *neutralizar a democracia* (...) e concluir a liberalização no sentido da *liberalização hayekiana*, isto é, como *imunização do capitalismo contra intervenções da democracia de massas*.”

Conclusão de W. Streek: “o neoliberalismo não é compatível com um *estado democrático*” e sublinha que, como já ficou várias vezes demonstrado, “o neoliberalismo necessita de um *estado forte* que consiga travar as exigências sociais e, em especial, sindicais de interferência no livre jogo das forças do mercado.”<sup>59</sup>

Esta reflexão de Wolfgang Streeck ajuda-nos a perceber o que está em causa quando os governantes e comentadores de serviço falam de *reformas estruturais*, de *regras de ouro*, da *independência dos bancos centrais*, da *reforma do estado*, de *finanças sãs*, da necessária reforma do *estado social*, do papel insubstituível das *agências reguladoras independentes*, dos benefícios da *concertação social*, da *flexibilização* do mercado de trabalho, da necessidade de *'libertar' a ação política do controlo do Tribunal Constitucional*.

E alerta-nos também para outro ponto: estas soluções 'brandas' (apesar de 'musculadas' e até violentas) só serão prosseguidas se “o modelo chileno dos anos 1970” não ficar disponível para o grande capital financeiro. Se as condições o permitirem (ou o impuserem, por não ser possível continuar o aprofundamento da exploração dos trabalhadores através dos métodos 'reformistas' assentes no *compromisso* entre o estado e os chamados *parceiros sociais*), o estado capitalista pode vestir-se e armar-se de novo como *estado fascista*, sem as máscaras que atualmente utiliza.

---

<sup>59</sup> Cfr. W. STREEK, *ob. cit.*, 59-66 e 91-105.

Esta análise legítima, por outro lado, a conclusão de Ulrich Beck: “Os governos (...) salvam bancos com quantias de dinheiro inimagináveis, mas desperdiçam o futuro das gerações jovens”; “os governantes [governos e parlamentos] votam a favor da austeridade, as populações votam contra.” E tudo isto configura uma situação caracterizada pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados [os estados que configuram a *ditadura do grande capital financeiro*, digo eu], um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam.”<sup>60</sup>

A legitimidade democrática está do lado do povo e não dos governos ao serviço do grande capital financeiro!

Nas condições atuais de verdadeiro retrocesso da democracia, a realidade mostra a absoluta inviabilidade de um federalismo a sério, de um federalismo autêntico, porque os seus pressupostos estão a anos-luz de qualquer hipótese de realização nesta Europa. O *federalismo possível* não passaria, pois, de um *falso federalismo*, com a centralização do poder em estruturas tecnocráticas carecidas de legitimidade democrática, que, incapazes de fazer política (i. é, de exercer a soberania), se limitariam – mais do que já fazem hoje – a ‘cumprir regras’. As ‘regras de ouro’ e outras menos ‘douradas’, definidas pelos “mercados”, pelo grande capital financeiro, pelas redes do *crime sistémico*, com o objetivo último de sujeitar os ‘povos do sul’ a um *novo colonialismo*, a uma espécie de *colonialismo interno*. Para os países mais fracos (ou deliberadamente enfraquecidos), os problemas só se agravarão: como ‘estados colonizados’ deixarão de gerir o seu presente e de decidir sobre o seu futuro.

**28.** - Todos parecem concordar que não há um *povo europeu*. Nesta “Europa com falta de definição e de limites”, a “insegurança identitária” ajuda a compreender que, para além de fatores profundos que radicam na história, o *estado-nação* constitua, para cada um dos cidadãos e para cada um dos povos da Europa, a matriz e o espaço da soberania, da liberdade e da cidadania, o único espaço em que os trabalhadores têm capacidade para lutar pelos seus direitos. Compreende-se que não haja, por parte dos povos da Europa, “a consciência de partilhar um destino europeu comum”. E compreendem-se os receios de Habermas quanto à “possibilidade real do fracasso do projeto europeu.”

---

<sup>60</sup> Cfr. U. BECK, *ob. cit.*, 20/21 e 110.

Neste terreno pantanoso, movediço e falso, não se vê como poderá construir-se algum edifício com um mínimo de solidez. A pequena história da ‘Europa’ que fica atrás legitima todas as dúvidas e toda a desconfiança relativamente às propostas federalistas de ‘fuga para a frente’ que, mais uma vez, são ‘vedetas’ no discurso político ‘oficial’ e nos *media* dominantes (o que é preciso é *mais Europa, maior integração política*).

Ao mesmo tempo, começa a ganhar terreno a ideia de que muitos dos problemas que nos afligem resultam de erros na construção da ‘Europa’ e na definição do seu modo de funcionamento e dos seus objetivos. Muitos sublinham a razão do antigo Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, quando, no exercício das suas funções, classificou o Pacto de Estabilidade e Crescimento (verdadeiramente, um *Pacto de Estabilidade e Estagnação*, com o definiu A. Ferreira do Amaral) como uma solução “estúpida” e “medieval”. O BCE é visto cada vez mais como uma entidade que sofre de *esquizofrenia congénita*. Gente muito diferente vem sublinhando que a criação da UEM foi uma decisão precipitada e sem bases técnicas, que pode ter conduzido ao que Paul Krugman qualificou como “fracasso de uma fantasia.”

Sabendo isto, seria, a meu ver, inadmissível que se cometesse um erro ainda maior, que se embarcasse numa “fantasia” muito mais perigosa (a da *federalização da Europa*), na mira de resolver (ou contornar), com este salto no escuro, erros anteriores. Esta ideia de criar um estado europeu só porque já temos uma *união monetária* que precisa de um estado para sobreviver é tão absurda, tão patética e tão monstruosa como a famosa proposta de Dominique Strauss-Kahn: “Fizemos a Europa, agora é preciso fazer os europeus.”<sup>61</sup>

Segundo o Sr. Strauss-Kahn, fizeram uma ‘Europa’ sem ‘europeus’. E não adianta querer agora pôr de pé esse projeto ‘desgraçado’ de *fazer europeus* só porque já existe uma ‘Europa’ que precisa de ‘europeus’. Não existindo um sentimento de pertença a uma mesma comunidade de destino, nenhum ‘rolo compressor’ pode pôr de pé um estado europeu digno deste nome. Os povos e os estados não se constroem por decreto e muito menos por vontade dos *strauss-kahn* que se julgam donos da Europa.

Pela minha parte, direi que, filosoficamente, não rejeito, em absoluto, a ideia de um *estado federal europeu*. Mas quero deixar claro que, neste mundo que hoje

---

<sup>61</sup> Apud J.-P. CHEVÈNEMENT, *ob. cit.*, 54 e 183.

conhecemos, não vejo qualquer vantagem que possa resultar para Portugal da integração num qualquer estado federal europeu, com perda absoluta da nossa soberania.

A verdade é que os portugueses *deram novos mundos ao mundo* e chegaram, pelo seu próprio pé (ou pela sua própria caravela), aos quatro cantos do mundo. E, em boa medida, a nossa presença mantém-se nos cinco continentes, sobretudo no plano cultural. Parafraseando Virgílio Ferreira, podemos dizer que da nossa língua (a língua portuguesa) veem-se os mares do mundo inteiro.

Não quero ser ‘romântico’ e abomino o *patrioteirismo*, mas acredito que a preservação deste *património* (a nossa presença no mundo e a nossa capacidade de relacionamento com todos os povos do mundo) é fundamental para escaparmos ao destino de periferia colonial para que nos querem empurrar, amarrados a uma dívida que nunca conseguiremos pagar, embrulhados em euros (poucos..., e cada vez menos) e manietados por *regras de ouro* e outras ‘regras’ que nos estão a asfixiar enquanto povo soberano.

O que quero dizer é que, enquanto não mudarmos as ‘regras de vida’ da Europa e do mundo, não vejo razões que me convençam da bondade do federalismo europeu, que significaria, para o nosso País, a perda daquele património valioso que fomos acumulando ao longo de séculos (séculos de aventuras e desventuras, de heroísmos e de cobardias, de grandezas e de misérias).

Acresce que ninguém ainda definiu o que é a Europa e quais as suas fronteiras. E ninguém está interessado em fazê-lo. O processo de integração europeia tem sido um grande ‘negócio’. E ninguém quer perder oportunidades de bons negócios...

Por outro lado, a ‘desunião europeia’ destes anos de crise só veio confirmar que não há condições mínimas para se poder esperar que, como *estados federados*, os estados europeus se assumam, no seio da federação, como *estados iguais uns aos outros* (esta igualdade é assegurada atualmente, mas é visível que uns são mais iguais do que os outros...). Os passos dados à sombra da bandeira de *mais Europa política*, a caminho da *Europa federal*, têm reforçado sempre a *deficiência democrática* do processo de construção europeia, têm imposto uma ‘Europa’ construída “à porta fechada”, têm acentuado o domínio dos grandes sobre os pequenos, sacrificando a dignidade destes últimos (dos estados e dos ‘povos do sul’), tratados como *colónias* ou como *filiais*. A ‘Europa’ fica parada sempre que há eleições na Alemanha, e os governantes de serviço e os comentadores pagos por estes falam disto como se se tratasse de uma coisa natural,

resultante de algum tratado internacional ou de algum ‘princípio superior’ que prevalece sobre tudo o resto...

O comportamento da ‘Europa’ ao longo destes anos de crise veio reforçar a minha convicção de que a proposta de se avançar para a construção de um *estado federal europeu* não parece ser um objetivo político minimamente realista, nem chega a ser uma utopia: é uma impossibilidade, é uma quimera que nem em sonhos se concretiza. Não passa de uma pura *fuga para a frente*, ou um salto para o lado, para não encarar e resolver os problemas que nos afligem e fugir às soluções que acautelem o nosso futuro. Num artigo recente, Serge Halimi veio defender ponto de vista idêntico ao que venho sustentando publicamente desde 2006: “No estado atual das forças políticas e sociais – escreve ele –, uma Europa federal só poderá consolidar ainda mais os dispositivos liberais que já são asfixiantes e desapossar o povo, um pouco mais, da sua soberania, entregando o poder a opacas instâncias tecnocráticas.”<sup>62</sup>

**29.** - No âmbito da social-democracia europeia, vão-se ouvindo algumas (poucas) vozes críticas, que estão a dar-se conta de que, se não questionarem as suas próprias opções políticas, correm sérios riscos de não entender nada do que se passa à sua volta, que é o risco que sempre correm aqueles que não querem questionar nada.

Durante o período de debate público que antecedeu o referendo sobre o projeto da chamada *Constituição Europeia* (2004/2005), alguns antigos dirigentes do PS francês (que, contra o seu partido, fizeram campanha pelo NÃO à dita ‘constituição’) vieram dizer verdades que não se ouviam antes, vindas de dentro do campo social-democrata.

Jean-Pierre Chevènement, várias vezes ministro de governos socialistas, caracterizou a ‘esquerda’ representada pelo PSF como “uma mescla de ‘realismo económico’, de anticomunismo renovado e de espírito social cristão”, considerando-a a “convergência de fundo da esquerda social-liberal com a direita liberal em matéria de política económica e social.”<sup>63</sup>

Georges Sarre veio defender que “a Europa se transformou no *joker* de uma esquerda sem projeto nem reflexão”, uma “esquerda que não tem outro projeto para além da construção europeia, a *Europa*”, uma esquerda que, para ser credível e não

---

<sup>62</sup> Cfr. “Onde está a esquerda?”, *cit.*, 9.

<sup>63</sup> Citação colhida em S. HALIMI, “A esquerda governamental...”, *cit.*, 8/9.

assustar os mercados, defende e pratica “uma política ainda mais à direita do que a direita.”<sup>64</sup> E Jacques Généreux não hesitou em escrever que se ela [a tal ‘constituição europeia’] fosse aprovada, “só as políticas de direita e conformes à lógica liberal seriam constitucionais.”<sup>65</sup>

Em outubro/2011 escreveu o então porta-voz do Partido Socialista francês (Benoît Hamon): “Uma parte da esquerda europeia [a social-democracia europeia], à semelhança da direita, deixou de pôr em causa que é preciso sacrificar o estado-providência para restabelecer o equilíbrio orçamental e agradar aos mercados. (...) Fomos em vários lugares do mundo um obstáculo ao progresso”. Feito o diagnóstico, acrescenta este dirigente socialista: “Não me resigno a isso”.

Em Portugal, há quem reconheça que o ‘blairismo’ não passou de uma “tentativa de conciliar o inconciliável e de justificar o injustificável” e reconhecendo que os partidos socialistas e sociais-democratas europeus “perderam a alma e a coerência ideológica”, não passando hoje de uma “variante social-democrata do neoliberalismo. Um dos fundadores do partido admite mesmo que a tendência dominante nos partidos que integram a Internacional Socialista é “a tendência neoliberal (...), que se traduz, basicamente, na aceitação do fundamentalismo do mercado.”<sup>66</sup>

Já em 2013, o economista João Galamba (deputado do PS na Assembleia da República) escreveu que “o único caminho desejável consiste em tentar dismantlar, de forma coordenada, a união monetária, sem pôr em causa o próprio projeto europeu. Não sei se esse projeto será possível, mas tenho a certeza de que será necessário, porque a alternativa é um dismantlamento desordenado e caótico, com consequências sociais, económicas e políticas devastadoras.” Vale a pena transcrever o último parágrafo desse artigo: “A moeda única, para funcionar, teria de ser uma federação, semelhante aos Estados Unidos da América. Isto é, teria de ter um verdadeiro orçamento federal, financiado por recursos próprios; teria de criar títulos de dívida europeia, para garantir estabilidade financeira; teria de institucionalizar mecanismos de transferências orçamentais, para garantir o mínimo de coesão territorial. E tudo isto já, e não daqui a uns anos. Como esta revolução institucional é simultaneamente impossível (não existem condições políticas para pôr em prática esse projeto) e necessária (sem essas reformas o euro não é sustentável), é difícil criticar o *statu quo* sem concluir que o problema reside,

---

<sup>64</sup> Cfr. G. SARRE, *ob.cit.*, 165-166.)

<sup>65</sup> Ver *Libération*, 9.10.2003.

<sup>66</sup> Este é o diagnóstico de Alfredo BARROSO (*ob. cit.*).

afinal, na existência da própria moeda única. Consequentemente, “o único caminho desejável consiste em tentar dismantelar, de forma coordenada, a união monetária, sem pôr em causa o próprio projeto europeu. Não sei se esse projeto será possível, mas tenho a certeza de que será necessário, porque a alternativa é um dismantelamento desordenado e caótico, com consequências sociais, económicas e políticas devastadoras.”<sup>67</sup>

Como se vê, também, entre os socialistas portugueses, alguns não fogem aos problemas, não recusam enfrentá-los e analisá-los, colocando-se assim no caminho da compreensão da vida e da descoberta de *soluções alternativas* para as dificuldades que temos de enfrentar. A realidade mostra, porém, que a Internacional Socialista e os partidos socialistas europeus não mostraram o mínimo interesse em analisar a fundo as raízes da crise atual, o que significa, como a prática confirma, que não estão interessados em aproveitar as lições da presente crise para fazer um balanço crítico da sua reflexão e da sua atuação nas últimas décadas. A sua preocupação continua a ser a de *gerir lealmente o capitalismo*. Perante o espetáculo da *desunião europeia* e da ‘colonização’ da Europa pela Alemanha imperial, não tiveram o rebate de consciência de reconhecer que é preciso mudar a ‘Europa’ que puseram de pé, uma estrutura neoliberal ao serviço do grande capital financeiro. Nestes anos de aperto, nem sequer tiveram a ‘coragem’ de regressar a Keynes, à defesa de uma direção centralizada da economia (ainda que nas mãos do capital privado), à defesa da regulamentação do setor financeiro (contrária à especulação e aos jogos de casino), à defesa do controlo público da poupança nacional e dos investimentos estratégicos. Continuam fiéis ao lema thatcheriano de que *não há alternativa* ao mercado e ao capitalismo e recusam libertar-se da dependência ‘química’ do neoliberalismo.

Parafraseando um poeta brasileiro (Álvaro Moreyra), apetece dizer que *esta Europa está toda errada. É preciso passá-la a limpo*. Para tanto, é necessário romper com os dogmas neoliberais e mudar radicalmente as estruturas em que assenta a construção europeia. E não é de esperar que os atuais dirigentes o façam. Mesmo os bem intencionados, ainda nem sequer reconheceram que a ‘Europa’ que puseram de pé *está toda errada*. E, sem esse primeiro passo, não poderão dar os passos seguintes.

---

<sup>67</sup> Cfr. J. GALAMBA, “Game Over”, cit. Se bem interpreto o autor, ele pressupõe que é necessário deitar fora o Tratado de Maastricht, o estatuto esquizofrénico do BCE, o PEC, o Pacto Orçamental e a *regra de ouro*. Pela minha parte, acrescentaria que o “próprio projeto europeu” precisaria também de ser passado a limpo.

Acredito que, sem estados nacionais soberanos e iguais, a ‘Europa’ nunca passará de um exótico cemitério de mortos-vivos (ou de vivos-mortos). Mas acredito que os povos da Europa não aceitarão ser tratados como ‘povos inferiores’, condenados a ser “uma futura sub-província alemã no âmbito da ‘marca’ alemã.”<sup>68</sup> Acredito que os povos da Europa hão-de tomar consciência de que *Europa neoliberal* se enredou numa teia que lhe tolhe os movimentos e a própria respiração, fazendo dela uma entidade petrificada, incapaz de evoluir e de caminhar ao encontro dos seus povos. Acredito que, mais cedo ou mais tarde, os povos da Europa hão-de recuperar a sua liberdade e a sua soberania. E então, em condições completamente diferentes, hão-de construir uma nova Europa, uma Europa solidária, uma Europa para os povos europeus, assente na paz e na cooperação entre eles e com todos os povos do mundo.

Deixem-me terminar socorrendo-me de outro poeta, desta vez Bertold Brecht:

*Pedimos expressamente  
Que não achem natural  
O que sempre acontece!  
Que nada seja tido por natural  
Neste tempo de composição sangrenta  
De desordem ordenada  
De arbitrariedade sistematizada,  
De humanidade desumanizada,  
Para que nada disto se mantenha.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry – “A Europa face à hegemonia alemã”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2012.

AVELÃS NUNES, A. J. – *A Constituição Europeia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*, Coimbra, Coimbra Editora, 2006. Saiu uma edição para o Brasil (*A Constituição Européia: A Constitucionalização do Neoliberalismo*), com a chancela da Coimbra Editora e da Editora Revista dos Tribunais, São Paulo, 2007. O texto do livro foi publicado antes, com ligeiras alterações, no *Boletim de Ciências Económicas*, Vol. XLVIII (2005);

– *A Crise Atual do Capitalismo – Capital Financeiro, Neoliberalismo, Globalização*, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2012 (com Prefácio de Eros Roberto Grau). Trata-se de uma versão revista da 1ª edição portuguesa (em Lisboa, Editora Página a Página, 6ª edição, revista e ampliada, de *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização* saiu em novembro de 2013;

– *O estado capitalista e as suas máscaras*, 2ª edição, Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2013 (a 3ª edição revista saiu em Lisboa, Edições Avante!, 2014).

---

<sup>68</sup> A expressão é do Gen. Loureiro dos Santos (*Público*, 19.6.2012).

- BALIBAR, Étienne – “Um novo impulso, mas para que Europa?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2014, 10-13.
- BARROSO, Alfredo – “A crise da social-democracia europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), novembro/2011, 16/17.
- BECK, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”*: Estratégias de Poder na Crise do Euro, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.
- BLYTH, Mark – *Austeridade – A História de uma Ideia Perigosa*, trad. port., Lisboa, Quetzal, 2013.
- CASSEN, Bernard – “Ressurreição da ‘Constituição’ Europeia”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), dez/2007.
- CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre – *Pour l’Europe votez non!*, Paris, Fayard, 2005.
- FERNANDES, Jorge Almeida – “Temos razões para detestar Merkel ?”, em *Público*, 11.8.2012, 22-24.
- GALAMBA, João – “Game Over”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.
- GENEREUX, Jacques – *Manuel Critique du Parfait Européen*, Paris, Seuil, 2005.
- GEUENS, Geoffrey – “Os mercados financeiros têm rosto”, em *Le Monde Diplomatique*, ed. port., Maio/2012, 18/19.
- HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.
- HALIMI, Serge – “A esquerda governamental conta a sua história”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), abril/2007;
- “O crime compensa”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), março/2010;
  - “Onde está a esquerda?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), nº 61, novembro/2011;
  - “Balanço para preparar uma reconquista”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.
- JENNAI, Raoul-Marc – “Dois tratados para um golpe de estado europeu”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), junho/2012.
- KALECKI, Michael – “Political Aspects of Full Employment”, em E. K. HUNT and Jesse G. SCHWARTZ (Eds.), *A Critique of Economic Theory. Selected Readings*, Penguin Books, 1972, 420-430 (ensaio publicado originariamente em *Political Quarterly*, Vol. 14, 1943, 322-331).
- KRUGMAN, Paul – “Quando a austeridade falha”, *The New York Times*, 25.5.2011 (publicado em Portugal pelo *Jornal i*).
- LECHEVALIER, A. e WASSERMAN, G. – *La Constitution Européenne – Dix clés pour comprendre*, Paris, La Découverte, 2005.
- LORDON, Frédéric – “A desglobalização e os seus inimigos”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2011;
- “Sair do euro, mas como?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), agosto/2013.
- NAVARRO, Vicenç, Juan Torres LÓPEZ y Alberto Garzón ESPINOSA – *Hay Alternativas – Propuestas para crear empleo y bienestar social en España*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2011.
- SALAS, Robert – *Le Viol de l’Europe – Enquête sur la disparition d’une idée*, Paris, PUF, 2013.
- SARRE, Georges – *L’Europe contre la Gauche*, Paris, Eyrolles, 2005.
- SMITH, Adam – *Riqueza das Nações* (Vols. I e II), Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1981 e 1983.
- STREECK, Wolfgang – *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013
- WARD, Ibrahim – “Tony Blair, Ltda”, em *Le Monde Diplomatique* (edição brasileira), dezembro/2012.